

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

GABRIELA MICHEL KONRATH

**O Município de Novo Hamburgo e Campanha de
Nacionalização do Estado Novo no Rio Grande do Sul**

Porto Alegre

2009

GABRIELA MICHEL KONRATH

**O Município de Novo Hamburgo e a Campanha de
Nacionalização do Estado Novo, no Rio Grande do Sul**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de Licenciado em
História pelo Curso de História da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul

Orientador: Professor René Ernaini Gertz

Porto Alegre

2009

Àqueles que possibilitaram a realização de meus estudos: Ângela Ramona Michel Konrath e João Willy Konrath.

“Procura pelo prazer de procurar, não pelo de
encontrar...”

Jorge Luis Borges

RESUMO

A Campanha de Nacionalização foi um processo que ocorreu durante o Estado Novo, a partir de 1938, época marcada por um regime autoritário, centralizador, e com uma grande meta de construir a nacionalidade do e no Brasil. Para isso, o governo tomou medidas de nacionalização dos chamados “quistos étnicos”, regiões marcadas por uma colonização de imigrantes, que ao Brasil vieram, por todo o século XIX. Considerados grupos estrangeiros a serem “abrasileirados”, os alemães, descendentes e imigrantes, que possuíam uma forte organização social e identitária, tiveram de enfrentar medidas como a proibição da língua alemã nas escolas, o registro e controle de sua entrada e saída do país, a proibição de circularem livros, revistas e jornais escritos em língua estrangeira, entre outras medidas. Novo Hamburgo, cidade situada no vale do rio dos Sinos, foi povoada logo no princípio da colonização alemã, em cerca de 1830, pertencendo a então colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Na década de 1930, Novo Hamburgo foi um dos municípios que sofreu restrições com a Campanha de Nacionalização. Nesse estudo, pretende-se analisar como o processo de “abrasileiramento”, ocorrido durante o Estado Novo modificou as relações políticas, econômicas e sociais do município, que tipo de transformações ocorreram entre os descendentes de alemães e entre os brasileiros que ali viviam. Estuda-se também, como uma escola dessa cidade acabou tendo de se adequar às medidas impostas pelo governo do estado, responsável por fazer cumprir a campanha de nacionalização no Rio Grande do Sul.

PALAVRAS-CHAVE: colonização alemã; identidade; etnicidade; Estado Novo; nacionalização.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. APORTES TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.....	13
1.1 Aportes teóricos.....	13
1.1.1 Teorias da etnicidade.....	13
1.1.2 Os teuto-brasileiros no sul do Brasil.....	17
1.1.3 Nacionalismo e cidadania.....	19
1.2 Aportes metodológicos.....	22
2. ENTRE O TRADICIONAL E O MODERNO.....	26
2.1 O contexto histórico da formação do município de Novo Hamburgo.....	26
2.1.1 Hamburger Berg e Novo Hamburgo - o início da colonização no sul do Brasil.....	26
2.1.2 A emancipação de Novo Hamburgo.....	28
2.1.3 O cotidiano da cidade - Comunidade Imigrante versus Comunidade Nacional.....	29
2.1.4 Uma afinidade longínqua.....	34
2.2 Um período político conflituoso.....	36
3. NACIONALIZAÇÃO, TRABALHO E EDUCAÇÃO: O ESTADO NOVO EM NOVO HAMBURGO.....	41
3.1 O golpe de 1937.....	41
3.2 O Estado Novo em Novo Hamburgo.....	42
3.2.1. Nacionalização.....	44
3.2.2 Um operoso município.....	46
3.2.3 A 2ª Guerra Mundial e exacerbação dos preconceitos.....	49
3.2.4 Uma instituição de Ensino na Campanha de Nacionalização promovida pelo Estado Novo.....	52
CONCLUSÃO.....	57
FONTES DOCUMENTAIS.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	61
ANEXOS.....	65

INTRODUÇÃO

O fenômeno da imigração alemã para sul do Brasil, durante os séculos XIX e XX, já possui uma certa tradição de estudos por pesquisadores de áreas como História e Ciências Sociais. Isso ocorre, principalmente, devido às transformações políticas, econômicas, culturais e sociais que foram ocorrendo a partir do contato entre as populações de origem alemã e a sociedade nacional brasileira.

O Império brasileiro, no século XIX, promoveu uma política de imigração, preferencialmente européia, para o Brasil, por uma série de motivos: um aumento de mão-de-obra para os grandes latifúndios, uma tática de branqueamento da população, o fortalecimento de uma agricultura familiar no sul do país. No decorrer do século XX, quando esses grupos imigrantes já estavam há algumas gerações no Brasil, crises externas começaram a afetar o relacionamento de descendentes de alemães e brasileiros. A década de 1930, por exemplo, viu o surgimento do nacional-socialismo na Alemanha, o fascismo na Itália e a deflagração da 2^a Guerra Mundial. Nesse contexto, as cidades de colonização alemã no Brasil começam a ser notadas como um perigo à unidade nacional (GERTZ, 1987; 1991). Alguns intelectuais teuto-brasileiros promoviam o que ficou conhecido como “germanismo”¹, através da valorização da língua e da cultura alemã, e isso provocou desconfianças da população e do governo federal, num momento em que no Brasil se encontrava num apelo crescente pela legitimidade de estruturas, instituições e de uma identidade que fossem realmente brasileiras.

A partir do processo revolucionário 1930, que contou com a ascensão de Getúlio Vargas ao cenário político nacional, a história política do Brasil viu se estabelecer um regime forte, autoritário e centralizado, marcado por uma série de políticas nacionalistas, que valorizavam a construção da identidade nacional e de uma cidadania patriótica, em oposição ao regime federativo, liberal, das décadas anteriores. Após o golpe de Estado, que inaugura o Estado Novo, as políticas nacionalistas de Vargas começam a atingir uma parcela de grupos imigrantes que tinham como característica a manutenção de alguns traços que os identificavam com seu país de origem. O estado do Rio grande do Sul, sob ordens federais, começou a promover o que ficou

¹ *Deutschtum*. De acordo com Giralda Seyferth, foi uma ideologia étnica alemã, sendo veiculada em publicações em língua alemã e associações, nas zonas de imigração alemã. O objetivo era a “perpetuação de valores nacionais alemães” (SEYFERTH, 1989, 117).

conhecido como a “campanha de nacionalização”, de eliminação dos chamados “quistos étnicos”, por todo o estado.

É nesse exato contexto que pretendo, com este estudo, contemplar a relação existente entre uma sociedade formada a partir do início da imigração alemã no estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Novo Hamburgo, que se emancipou desde 1927 da cidade de São Leopoldo, a primeira colônia de imigrantes alemães do Rio Grande do Sul, e a sociedade brasileira, durante a primeira metade do XX. Esse é um período marcado por uma exaltação de valores étnicos teuto-brasileiros, como também de valores nacionalistas e patrióticos no Brasil. O ponto principal a ser estudado está na compreensão de como a política de nacionalização imposta no período do Estado Novo, de 1937 a 1945, vai estar modificando as relações educacionais, sociais e culturais, numa cidade que teve sua origem nesse processo migratório.

Para a realização desse tipo de análise torna-se necessário entender, inicialmente, que qualquer tipo de migração é um rompimento. O apego ao passado, à terra natal, à língua materna, aos costumes, vão estar compensando, sempre de forma conservadora, esse processo de deslocamento (MAGALHÃES, 1989: 79). O fortalecimento de laços, que aos poucos recebem contornos étnicos, entre descendentes teuto-brasileiros, vai ocorrer nesse processo histórico específico: a imigração para o Brasil (SEYFERTH, 1993; 1994). É no contato com a sociedade nacional, com sua política, com seu substrato ideológico que ocorre a esses descendentes reconhecerem-se distintos etnicamente e serem reconhecidos pelo mesmo motivo.

O período desta análise, portanto, inicia-se em 1935, no intuito de perceber como se organizavam os moradores de Novo Hamburgo, como era a movimentação política da cidade, como se relacionavam descendentes de imigrantes brasileiros; percorre o endurecer das políticas do Estado Novo, em 1938; até 1945, onde as políticas de nacionalização se estabelecem e se radicalizam, até o fim do primeiro governo Vargas. Considerando-se que as diferenças (sociais, culturais, étnicas) se operam no contato, e não no isolamento, busco observar as medidas do Estado, através de suas políticas, para incluir esses teuto-brasileiros e afirmar a sua autoridade em relação às comunidades e, ao mesmo tempo, como essas práticas foram sendo recebidas, nesse processo. A importância atribuída ao ensino e à educação, no Estado Novo, torna-se ponto chave para a análise de uma comunidade que privilegia seus costumes e sua tradição de descendência, e que utiliza a escola, dentre outras associações, como espaço de manutenção de sua cultura. Assim, percebo a escola como um espaço de circulação de idéias e de práticas sociais, e por isso

também, privilegio a análise de uma das escolas que se estabeleceram na cidade, a Fundação Evangélica de Novo Hamburgo.

A imigração alemã, no Rio Grande do Sul, recebeu todos os tipos de olhares. De alemães, de brasileiros ilustres, de pesquisadores, de literatos, de memorialistas. Na defesa da imigração ou na sua crítica, elaboraram-se, os principais escritos sobre o tema. Atualmente, as pesquisas vêm demonstrando que, antes da crítica ou da defesa desse tipo de política que foi promovida pelo Império brasileiro e pelo governo federal, torna-se muito mais pertinente observar que as práticas do Estado, dos imigrantes, ou teuto-brasileiros, ocorreram em conjunto e não isoladamente. A pesquisa justifica-se, pois parte dessas perspectivas, para compreender como a imigração de alemães para o sul do Brasil, antes desejada, tornou-se uma afronta à identidade nacional que almejava se construir no Brasil. É um resgate histórico necessário, não apenas no entender de um tipo de organização identitária peculiar no Brasil, mas no entender de que a construção de uma identidade brasileira, na década de 1930, partiu da supressão de outras formas de identidade no Brasil. O preconceito, o estigma, são apenas algumas conseqüências desse processo. Esse trabalho justifica-se também para demonstrar que análises históricas podem romper com uma tradição que privilegia estudos de apenas grandes centros econômicos e políticos, mostrando que pequenos municípios também são um demonstrativo histórico e social de tipos de organização econômica e cultural e de relacionamentos políticos, que ultrapassam, muitas vezes, a esfera do local.

Para análise desse período foi necessária uma revisão bibliográfica dos estudos de imigração, dos estudos existentes sobre a história do município de Novo Hamburgo e das análises que envolvem a política da Era Vargas. Como expõe René Gertz, os escritos sobre imigração no Brasil partiam de dois enfoques dicotômicos principais: o enfoque sócio-demográfico, onde se contemplou a contribuição dos alemães à construção do estado do Rio Grande do Sul, e outro enfoque, atribuído pelo autor como étnico, cultural e religioso. Tal aspecto centrou-se nas discussões quanto à baixa participação política, a complicada assimilação desses imigrantes à vida social brasileira (GERTZ, 1991: 08).

Jean Roche (1969) é um dos exemplares desses escritos, que analisou minuciosamente a incorporação dos imigrantes alemães ao Brasil. Sua proposta foi perceber como o território riograndense estava estabelecido, como zona de fronteira, sempre em intensos conflitos com os vizinhos hispano-americanos e com uma grande quantidade de terras devolutas, observando qual

foi a contribuição dos imigrantes e descendentes alemães para a história do Rio Grande do Sul. Tramontini (1997) estuda, assim como Roche, a fase pioneira da imigração alemã (de 1824-1850) em São Leopoldo, como parte de estudos que começam a rever as fontes e questionar as interpretações existentes até o momento. O contato foi privilegiado como instrumento de análise, nesse tipo de estudo.

Pesquisas sobre a temática da imigração alemã também apontam para um período mais recente. São estudos que enfocam a questão étnica, que teria começado a se desenvolver nessas zonas coloniais, com o agravar de crises com o Estado brasileiro, principalmente com as duas guerras mundiais. As pesquisas de Giralda Seyferth são de vital importância para o entendimento de como vai se elaborando uma ideologia étnica nas colônias alemãs. Como decorrência do processo histórico de imigração, essa ideologia aparece como um modo de ser, diferente, brasileiro, partilhado também, por outros grupos emigrados (SEYFERTH, 1994: 14-15). Como a falta de participação política é um dos pontos que serviram de crítica à imigração alemã, Seyferth também analisa a participação política de alguns alemães ilustres, em Blumenau-SC (SEYFERTH, 1993). Alguns outros autores também identificaram os conflitos ou constrangimentos que passaram a ocorrer com o advento do Estado Novo, como Arthur B. Rambo (1994), que desenvolve as diferenças existentes nas concepções de nacionalidade e cidadania entre brasileiros e teuto-brasileiros, e Regina Weber (1994), que observa a questão étnica em Ijuí, e como as manifestações de brasilidade começam se tornar uma constante nesse período.

Outros estudos que dialogam com esse contexto podem ser contemplados em *Nacionalização e Imigração Alemã*, dossiê organizado por Telmo L. Müller (1994), onde se encontram estudos como Nacionalização e Imprensa, Nacionalização e Igreja Católica e Igreja Luterana e a nacionalização do Ensino. Lúcio Kreutz, ao desenvolver sua pesquisa sobre a nacionalização do Ensino no Rio Grande do Sul, aponta que esta teve como resultados diretos o desmobilizar de 1.041 escolas comunitárias teuto-brasileiras, uma destruição generalizada da memória coletiva, com a queima ou rapto de livros, cartilhas, documentos, destruídos pelos agentes da Nacionalização, e como resultados indiretos, um silenciamento e um medo nas regiões de colonização de imigrantes no RS (KREUTZ, 1994: 61).

René Gertz traz grande contribuição à análise do período do Estado Novo, em que acentua as implicações políticas, dos governos dos interventores do estado do Rio Grande do Sul, como

de Flores da Cunha e Cordeiro de Farias (GERTZ, 2005), as políticas de nacionalização e as manifestações nazistas e integralistas em alguns núcleos de colonização teuto-brasileiros (GERTZ, 1987). Em 1994, o autor avalia a participação política dos alemães e seus descendentes no Rio Grande do Sul, o que o leva a afirmar que durante todo o processo de imigração alemã não houve maiores problemas em participar do processo político brasileiro e ao mesmo tempo, pertencer a associações recreativas ou culturais alemãs (GERTZ: 1994a: 31). Estudos recentes, como os de Luciano Abreu (2005), mostram que as políticas do Estado Novo sempre tiveram de contar com uma autonomia ou dependência relativa dos estados em relação ao âmbito federal. Essa relativização é necessária para demonstrar como o Estado Novo não foi um bloco hegemônico, tinha de contar com o apoio das elites políticas e econômicas, conceder benefícios, em troca de uma boa execução e aceitação plena de suas políticas.

A partir da década de 1980, aumentaram as pesquisas sobre o período político marcado pela Presidência de Getúlio Vargas. De acordo com Maria H. Capelato, isso se deve, principalmente, ao processo de redemocratização do país, no qual os autores buscaram perceber a o porquê da permanência dos fenômenos autoritários no Brasil. Com isso, o Estado Novo passou a ser o foco de várias pesquisas (CAPELATO, 2003: 111). Autores como Dulce Pandolfi (2003) e Boris Fausto (2001) analisam as transformações ocorridas com a Revolução de 1930, o movimento Constitucionalista de 1932 e, como e por que um discurso autoritário foi se estabelecendo e se fortificando nas décadas de 1920 e 1930. Outras análises, como a do brasilianista Robert Levine (2001), fazem um panorama das políticas nacionalistas do regime Vargas, da construção de uma imagem carismática de Getúlio e da realidade brasileira vivenciada antes e após o seu governo.

Outro estudo específico do período estadonovista no Brasil, em relação às mudanças geradas na educação, pode ser contemplada em Maria Carmem Silveira Barbosa (1987), que analisa a importância que o regime autoritário atribuiu à educação, como uma forma de modificar o país, de transformar a sociedade brasileira e, principalmente, de construir uma ideologia nacional, em que a contribuição à pátria brasileira se tornasse valor fundamental. A autora nota, como evidente, o constrangimento por que passaram algumas escolas nas zonas de imigração, que eram vistas como contrárias a essa unificação nacional que o ensino brasileiro se propunha a estabelecer (BARBOSA, 1987: 85-90). Outra análise importante nesse sentido é a de Schwartzman, Bomeny e Costa, em *Tempos de Capanema* (2000), que mostra, através da figura

desse personagem político, Gustavo Capanema, ministro da educação durante o Estado Novo, a importância dada a educação, na época para a transformação social brasileira. As campanhas “nacionalizantes”, de “abrasileiramento” da população, foram, em grande parte, articuladas através das mudanças educacionais ocorridas no país.

Na análise do contexto histórico de formação do Município de Novo Hamburgo, foram essenciais as obras de Leopoldo Petry, que vivenciou todo o período estudado e fez uma boa busca de dados sobre a origem do município de Novo Hamburgo e de outros autores como Liane Schütz (2000), que pesquisa a origem dos bairros de Novo Hamburgo, e Germano Möellecke (1978), numa análise histórica do Vale do Rio dos Sinos. Para a análise da escola Fundação Evangélica de Novo Hamburgo, foram de importância as análises de Hilmar Kannenberg (1987), que faz um apanhado histórico dessa escola, entre 1886 e 1986, e também de Alessandro Kerber (2008), numa análise sobre a vida do Pastor Wilhelm Pommer, que teve uma toda uma relação com a comunidade luterana de Hamburgo Velho e também com a Fundação Evangélica de Novo Hamburgo.

Para executar a pesquisa, foi necessário uma análise documental do município, que se baseou, principalmente, na leitura e interpretação do semanário *O 5 de Abril*, no período estudado, assim como de outras fontes buscadas no arquivo da Instituição Evangélica de Novo Hamburgo.

No primeiro capítulo, faço uma análise conceitual sobre a etnicidade, o estabelecimento de grupos étnicos, a formação de uma identidade teuto-brasileira no sul do Brasil e as diferentes concepções existentes entre cidadania e nacionalidade, no período. Também contemplo um pouco dos procedimentos metodológicos utilizados nesse trabalho. No segundo capítulo, faço uma análise histórica do município de Novo Hamburgo e, mais especificamente, do período anterior à campanha de Nacionalização do Estado Novo; e no último capítulo, procuro contemplar as medidas e reações provocadas pelas políticas de nacionalização na cidade e também numa escola particular, luterana, no município, a Fundação Evangélica de Novo Hamburgo.

CAPÍTULO 1

Aportes teóricos e metodológicos

1.1. Aportes teóricos

A análise de um grupo ou de uma comunidade de pessoas inseridos no contexto histórico da imigração alemã, no sul do Brasil, deve levar em consideração a questão da identidade étnica que, recebendo aos poucos seus contornos, foi se moldando na sociedade brasileira, assim como também, na sua própria comunidade, marcando suas semelhanças, suas diferenças, transformando-se e sendo transformada. Para que se compreenda o embate dos ideais nacionalistas impostos pelo Estado Novo em oposição ao comportamento sócio-cultural desses grupos que povoaram as zonas coloniais, o entendimento do conceito de “etnia” torna-se fundamental e induz à reflexão sobre alguns outros, como os de “nacionalidade” e de “cidadania”.

1.1.1 Teorias da etnicidade

Conceito de cunho antropológico, a etnicidade foi um tema pouco debatido até a década de 1960. No fim dessa década, uma série de reivindicações qualificadas como “étnicas”, tanto em sociedades ditas pluriétnicas quanto homogêneas, fizeram com que esse critério se transformasse numa categoria fundamental da diferenciação social.² Na década de 1970, o debate da etnicidade ganhou espaço, dentro das Ciências Sociais, devido à importância da linhagem fundada por Frederik Barth.

Como demonstram os autores Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart, tal conceito, atualmente, está relacionado a estudos de imigração, racismo, nacionalismo e violência urbana. Seu estudo não é específico de um tipo único de análise, comportando estudos de origem sociológica, antropológica e histórica: “Desde seu aparecimento, o conceito de etnicidade³ é

² Poutignat e Streiff-Fenart (1998: 25) citam alguns deles: movimentos regionalistas na França e Grã-Bretanha, conflitos lingüísticos no Canadá e na Bélgica, problemas de nacionalidades no leste europeu, tribalismo na África.

³ Como bem define Caroline Kraus Luvizotto, a etimologia do termo etnia, provém da expressão grega *ethnós*, que vem a significar “povo” e, da expressão latina *ethnicus* de onde deriva o termo “étnico”. No século XIX, o termo foi

definido por aqueles que o utilizam, pela universalidade de seu domínio de aplicação” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998: 26).

A trajetória de suas definições está sempre relacionada a interpretações objetivistas ou subjetivistas. Objetivistas, quando levam em consideração distinções culturais, raciais, econômicas ou históricas, que caracterizam um grupo como étnico e subjetivistas, quando entendem que a adesão a um grupo étnico se faz por uma escolha individual e, ao mesmo tempo, coletiva, e é carregada de valores simbólicos, e não apenas, racionais.

Analisando a historicidade do conceito, Poutignat e Streiff-Fenart demonstram que a adoção do termo “etnia”, assim como também de “tribo”, nos primórdios das análises antropológicas se deram em substituição do termo “nação”, quando os administradores coloniais, deparados com outros sistemas organizacionais, procuraram quadros coletivos que fossem coerentes e já não encontravam instituições políticas de tipo europeu. A etnia, assim, era um correlato de nação, para os povos ditos primitivos, que compartilhavam uma língua, espaço, costumes, ou consciência de pertencimento em comum, características essas que também serviam para definir uma nação ou nacionalidade.(POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998: 55-56).

Os estudos de etnicidade receberam uma contribuição fundamental quando Max Weber, em *Economia e Sociedade*, conseguiu distinguir, de forma clara, a etnia da raça e da nação. Para o autor, o que caracteriza o “grupo étnico”, diferentemente da pertença racial, é a crença subjetiva na comunidade de origem. A nação também se basearia numa crença da vida em comum, mas diferiria do grupo étnico pela reivindicação de um poderio político. Para Weber, portanto, grupos étnicos são:

esses grupos que alimentam uma crença subjetiva em uma comunidade de origem fundadas nas semelhanças de aparência externa ou dos costumes [. . .] ou nas lembranças da colonização ou da migração, de modo que esta crença torna-se importante para a propagação da comunalização, pouco importando que uma comunidade de sangue exista ou não objetivamente (WEBER, [1921] 1971: 416 apud Poutignat & Streiff-Fenart, 1998: 37).

De acordo com Marcio Antônio Both da Silva, Weber estabelece, ainda, que os grupos étnicos são instituições que ocorrem quando as pessoas se agrupam em torno de uma ação comum, que pode ser política, ou não. Um grupo étnico também pode estabelecer-se através do contato com uma população acentuadamente distinta. As identificações étnicas guardam, assim,

utilizado para definir os distintos agrupamentos humanos, assim como o conceito de raça o fez nos séculos anteriores (LUVIZOTTO, 2003: 22).

um caráter relacional, já que o “outro” serve de base para que se defina uma identidade (SILVA, 2004: 37).

Os postulados de Weber encontram eco nos estudos que serão desenvolvidos, mais tarde, por Barth. Assim, para Weber, a “identidade étnica” irá se construir a partir da diferença. Não será o isolamento o fator responsável por garantir essa diferença. Ao contrário, é comunicando-se com as diferenças que os indivíduos estabelecem suas fronteiras étnicas.

De acordo com Barth, em “Grupos étnicos e suas Fronteiras”, os antropólogos evitaram, ao longo da constituição da disciplina, debater sobre os grupos étnicos. Partia-se da premissa de que agregações humanas compartilham, em essência⁴, uma cultura em comum, e que essas agregações se diferiam de outras, que possuíam características culturais distintas. Cabe estabelecer como os grupos étnicos se constituem, qual é a natureza de suas fronteiras.

Uma definição ideal, proposta por Raoul Narrol, em 1964, via no grupo étnico uma população que: partilhasse de valores culturais fundamentais, construísse um campo de comunicação e interação e, por fim, possuíse um grupo de membros que se identificasse entre si e fosse identificado por outros. Tal característica, no entanto, era vista, principalmente em grupos apontados como culturalmente, socialmente, racialmente e lingüisticamente isolados, como se as fronteiras entre tais grupos étnicos não existissem ou não fossem problemáticas.

Para Barth, os grupos étnicos são categorias de atribuição e identificação que são realizadas pelos próprios atores. Sua característica é organizar a interação entre as pessoas. As categorias de atribuição são consideradas apenas quando são pertinentes aos próprios atores, quando eles as reconhecem como categorias significantes. Alguns traços culturais, assim, podem ser utilizados como “emblema de diferenças”, outros podem ser ignorados (BARTH, [1969] 1998: 189-190).

O autor inovou, quando percebeu que critérios de identificação e traços culturais distintos -o que caracterizaria um grupo como étnico – dependem, principalmente, da manutenção de uma fronteira. Os traços culturais que marcam determinada fronteira podem mudar, as características culturais de seus membros podem se transformar, sempre numa dicotomização contínua entre membros e não-membros. Para que essa fronteira aconteça e se estabeleça, deve existir uma

⁴ Ver POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998: 87. Os estudos primordialistas alegavam que ligações “primordiais” derivam de um sentimento de afinidade natural, mais do que de uma interação social. O indivíduo, assim, nasceria com os elementos constitutivos de sua identidade étnica.

organização muito complexa de relações sociais e comportamentais (BARTH, [1969] 1998: 195-196).

É sempre numa relação de oposição, de diferenciação, que se estabelece uma fronteira entre o “nós” e o “outros”. A identificação desse “nós” ocorre no contato com esse “outro”, com esse “diferente”. Para Barth, porém é tarefa ingênua tentar encontrar um conjunto de traços que possam distinguir um grupo de outro. Para Poutignat e Streiff-Fenart, Barth consegue inverter a lógica de análise, quando estabelece que a grande questão não é entender de que maneira os traços culturais estão distribuídos, e, sim, a maneira pela qual a diversidade étnica é socialmente articulada e mantida. Outra ingenuidade é tentar ver no isolamento geográfico e social, a base da diversidade étnica. As relações se mantêm através dessas fronteiras, e persistem com o fluxo de pessoas que as atravessam. (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998: 37)

Os autores afirmam de modo muito sensato que “o que diferencia, em última instância, a identidade étnica de outras formas de identidade coletiva é o fato dela ser orientada para o passado”. Mas não é qualquer passado, é aquele em que se representa a memória coletiva. (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998: 13).

Dessa forma, visa-se compreender com esses conceitos de “etnia” ou de “grupos étnicos” como uma comunidade se estabelece a partir de critérios subjetivos de identificação: um passado em comum, uma língua em comum, uma religião em comum. São vários os elementos, ou as categorias, na acepção de Barth, que podem ser utilizadas, ou não, para acionar uma diferença étnica. Os grupos étnicos, por sua vez, não podem ser compreendidos ou analisados apenas quando isolados, ao contrário, é no contato, no relacionamento com o “outro” que essas categorias se elaboram, se transformam ou se desfazem. Essa é a atualidade da questão étnica: reunir-se em torno de uma identidade comum é, antes de tudo, poder dar sentido à própria existência. Poder elaborar, de forma coerente, a realidade daqueles que compartilham um passado, traços ou aspirações de futuro em comum. Essa realidade simbólica pode ou não corresponder com a realidade de fato. Grupos que se atribuem ou são classificados como étnicos são, antes de tudo, entidades flexíveis, dinâmicas, que vão sendo constituídas historicamente.

No Brasil, uma relação interétnica começa a mostrar seus contornos a partir do século XIX, quando um vasto número de imigrantes, de várias origens e regiões, aqui desembarcam. A necessidade de se trazerem imigrantes para o Brasil vinha de dificuldades econômicas, mas

também sociais, vividas pela sociedade brasileira. O fim do tráfico de escravos, a falta de mão-de-obra adequada ao trabalho das lavouras, fez com que a vinda de estrangeiros se tornasse uma pauta principal das discussões políticas. Algumas dessas políticas, permeadas de teorias raciais vigentes na época, que relacionavam o tipo físico ao ambiente e ao perfil moral das pessoas, tinham o intuito de “embranquecer” o país.

A obra de Jeffrey Lesser *A negociação da identidade nacional* (2001) demonstra como a identidade nacional brasileira foi sendo pensada pelas elites brasileiras concomitante a essa entrada de estrangeiros. As elites acreditavam que existiria uma forte correlação entre o ingresso de imigrantes e a transformação social. Mas para o Brasil não vieram apenas imigrantes “desejados”, estabeleceram-se aqui italianos, alemães, espanhóis, mas também chineses, sírios, libaneses, japoneses. O Brasil teve de negociar a sua “identidade social”, ainda em formação, com todos os imigrantes e descendentes que se estabeleceram e aqui se integraram à nação brasileira. Os imigrantes, ao mesmo tempo semelhantes e diferentes, souberam negociar a sua identidade na sociedade nacional. Eram “brasileiros hifenizados”, que incorporaram valores da sociedade majoritária, mas também eram descendentes, com valores, histórias, traços diferenciados.

1.1.2 Os teuto-brasileiros no sul do Brasil

A formulação de uma ideologia étnica teuto-brasileira⁵ é fruto do próprio processo histórico da colonização, surgindo em decorrência do contato com a população brasileira (Seyferth, 1994: 11). A falta de recursos públicos destinados a esse empreendimento e a homogeneidade na formação de alguns núcleos de povoamento, possibilitaram uma forte organização comunitária, através da criação de diversas associações, de usos e costumes em comum, que deram uma feição própria às colônias de origem alemã no sul do Brasil. As muitas associações (escolas, igrejas, centros de esportes, de lazer, etc.) assumiram um caráter de perpetuadoras dessa etnicidade. Traços dessa ideologia étnica teuto-brasileira podem ser vistas nas publicações de língua alemã, nos períodos anteriores a 1938, entre elas, a imprensa.

⁵ René Gertz define como teuto-brasileiro o descendente de imigrantes alemães, que já nasceu no Brasil, diferente do alemão, que imigrou e possui cidadania alemã (Gertz, 1987: 11).

O Estado brasileiro, quando privilegiou a imigração camponesa européia, tinha em mente a imagem de um tipo de imigrante ideal. Um tipo afeito ao trabalho, na lavoura, que desenvolvesse a agricultura familiar. Uma das críticas à ação do Império Brasileiro, foi colocar os imigrantes em regiões que acentuavam o seu isolamento em relação à sociedade nacional. É preciso relativizar esse isolamento, no entanto, porque as próprias colônias não eram homogêneas, algumas delas receberam imigrantes de diversas origens, noutras, existiam diferenças entre os próprios colonos, que podiam ser católicos ou luteranos, por exemplo. As colônias, ao mesmo tempo, não estavam tão distantes das capitais provinciais. A identidade étnica teuto-brasileira se estabeleceu não no isolamento, mas no contato com a sociedade nacional, produzindo uma cultura compartilhada por grupos imigrados (SEYFERTH, 1994: 14).

Não se nega que a desorganização e a falta de recursos públicos caracterizaram o processo de imigração estrangeira, promovido pelo Estado brasileiro. Em vista disso, criou-se uma forte organização comunitária nessas zonas coloniais, através do auxílio mútuo ou mesmo de um sistema educacional promovido pelos próprios imigrantes e descendentes (SEYFERTH, 1993: 5; GERTZ, 1987: 69-70). Essa situação de “abandono” dos imigrantes auxiliará na construção dessa ideologia étnica, que caracterizará o imigrante como um pioneiro, aquele que sozinho desbravou as matas, devido ao seu trabalho constante, fez sua colônia prosperar, trazendo civilização à selva. Criava-se, assim, um mito de origem, do “colono pioneiro” que será acionado para valorizar a importância da imigração alemã para o território nacional.

Essa ideologia foi recebendo seus contornos a partir da segunda metade do século XIX, quando algumas colônias importantes começaram a consolidar-se politicamente e alguns de seus líderes⁶ começaram a reivindicar a participação efetiva dos colonos no exercício da cidadania, ao mesmo tempo, sem deixar de lado as suas diferenças. Começava a ser elaborada a ideologia da germanidade, *Deutschtum* e a categoria *Deutschbrasilianer*, teuto-brasileiro (SEYFERTH, 1994: 15; WEBER, R., 1994: 106). A imprensa teuto-brasileira vai constantemente reafirmar os valores étnicos.

A comunidade nacional, nesse contexto imigratório, vai reagir a essa incursão de estrangeiros no interior do país. Alguns de forma positiva, aliados a uma idéia da importância econômica que esses imigrantes traziam, outros, por sua vez, serão mais céticos. René Gertz cita

⁶ Karl von Koseritz, por exemplo, fundou um jornal teuto-brasileiro em 1862, em Porto Alegre, o *Koseritz' Deutsche Zeitung* e exerceu o mandato de deputado estadual (Seyferth, 1993, p. 6) Uma boa revisão bibliográfica acerca da produção bibliográfica já realizada sobre a figura de Koseritz pode ser vista em GERTZ, 1999.

o posicionamento de Gilberto Freyre, fiel defensor da cultura nacional, de traço lusitano, que escreveu livros como *Nós e a Europa germânica* (1971), e de um viajante inglês, ainda no século XIX, em passagem pelas colônias de descendentes alemães do sul, que notou que os imigrantes alemães, quando aqui chegavam, não pensavam em retornar à Europa, em compensação, “apegavam-se com fervor às recordações de sua pátria de origem, sendo tão fiéis ao país de origem, como se fossem apenas viajantes numa terra estranha” (GERTZ, 1987: 23).

O século XX, em um contexto de conflitos intensos, através das duas guerras mundiais, principalmente, pôs em foco a Alemanha e, também, os seus descendentes longínquos. Na década de 1930, surge o nacional-socialismo e, no Brasil, os descendentes germânicos começam a ser vistos como um perigo à unidade nacional. Também ocorre, nesse período, um certo reavivamento do germanismo que havia sido mais intenso durante o século XIX.

Nessa mesma década, o Brasil passa por uma série de transformações, políticas e sócio-econômicas. O fim do período conhecido como República Velha, com suas práticas políticas liberais, que valorizavam apenas uma elite política, com métodos fraudulentos e corruptos, geram reflexão mais atenta sobre o tipo de Estado que o Brasil deveria ter para si. A revolução de 1930 traz à cena política Getúlio Vargas e a instauração de um Estado de caráter nacionalista e autoritário, que foi recebendo seus principais contornos, até culminar no Estado Novo que, com uma ideologia de exacerbados valores patrióticos, afetará drasticamente a vida nas comunidades de descendentes alemães.

1.1.3 Nacionalismo e cidadania

De acordo com René Gertz, “cidadania” e “nacionalidade” são termos que vem se alterando no decorrer da História, mas de uma forma ou de outra, caminham bastante juntos. Na distinção entre o Estado e a Nação, o primeiro é um termo mais jurídico, mais territorial, por isso, ligado a direitos e deveres, fazendo com que a cidadania se ligue a ele. Nação é um termo mais subjetivo, numa concepção muito mais emocional. É um conceito que pressupõe uma idéia de coletividade, ainda que forçada, que permeia um mito, uma história em comum (GERTZ, 1994b: 15).

Nacionalidade remete à Nação. Ao mesmo tempo, Nação e Estado se aproximam, para definir as bases políticas e identitárias de um povo (ligado territorialmente, por laços lingüísticos

ou étnicos, ou por definições políticas). Para Eric Hobsbawm, uma característica básica da Nação moderna é justamente a sua modernidade. Isso porque é um conceito carregado por sua própria historicidade. Analisando suas diferentes definições, Hobsbawm assevera que o termo se desenvolveu, inicialmente, para descrever grandes grupos fechados, que fossem diferentes dos existentes, e a palavra estava ligada ao estrangeiro, como no espanhol, “nações de mercadores estrangeiros”. Essa idéia que liga um território a um Estado e a uma nação começou a ser forjada na Europa, apenas, no discurso político, a partir de 1830, com o nome de “princípio de nacionalidades” (HOBSBAWM, 1990: 28-31).

Na Europa, portanto, os movimentos nacionais seguiram três fases distintas. A primeira delas se desenvolveu ainda no século XIX, sendo meramente cultural, literária, sem acarretar implicações políticas particulares ou mesmo nacionais. Na segunda fase, existiu “um conjunto de militantes da idéia nacional”, e é nesse contexto que se iniciaram as campanhas políticas em prol dessa idéia. Na terceira fase, os programas nacionalistas adquiriram sustentação de massa (HOBSBAWM, 1990: 21). Foi apenas com o fim da Primeira Guerra Mundial que um “princípio de nacionalidades” triunfou, e a Europa se tornou um grande conglomerado de Estados definidos, territorialmente, e o mundo viu estabelecer uma série de reivindicações políticas, nacionais.

Para dar um melhor exemplo dessa “criação de identidades” da nação, Anne-Marie Thiesse afirma que podem ser identificados, nas “nacionalidades”, vários países europeus, uma espécie de “check-list identitário” (THIESSE, 2001/2002: 9). Cada nação constituiu o seu panteão de heróis, o seu passado glorioso, a formação de uma língua que representasse toda a unidade nacional, os costumes e as tradições resignificados. Mesmo que vários países apresentassem as mesmas “listas identitárias”, elas foram atribuídas como características *sui generis* a cada formação nacional. Coube a uma elite pensante (governantes, artistas, intelectuais) responsabilizar-se por dar um tom nacional a todo um conjunto de identidades locais, que, naquele momento, passaram a ser secundárias à nação.

No Brasil, como havia acontecido alguns anos antes na Europa, o movimento de Independência de Portugal gerou uma necessidade de identificação de um território imenso, tão distinto que possibilitasse que seus habitantes se identificassem ou pudessem ser identificados como brasileiros. Como bem demonstrou Flora Süssekind, “havia um país chamado Brasil, mas absolutamente não havia brasileiros” (SÜSSEKIND, 2000: 21), demonstrando uma situação

anterior a essa construção da Nação-Brasil e da cultura brasileira. Nesse contexto, coube a literatura e aos autores nacionais o papel de construir essa identidade.

No século XIX, a questão da nacionalidade foi pauta no discurso político brasileiro. A identidade brasileira será buscada no período colonial, quando ali teriam se fundido as três raças principais, negro, índio e luso. No século XX, o que faltava à nacionalidade brasileira era a formação de um Estado capaz de atender as reais necessidades do país e de seus habitantes. Num contexto em que nações colocavam-se em conflito, o Brasil também tentou defender seu território, sua economia nacional e inculcar nos brasileiros um sentimento de pertença, de orgulho de ser brasileiro, combinando a cidadania com o dever patriótico. O Estado Novo será o auge desse processo no Brasil. Nessa conformação, não caberia a existência de um tipo social que não prontamente defendesse aquilo que era elaborado para “o bem da Nação”.

Autores como Arthur Blasio Rambo, propõem entender por que, nesse contexto de nacionalização, verificada no Estado Novo, comunidades de origem alemã, no sul do Brasil, resistiam em abandonar a língua alemã, e persistiam em manter sua “maneira de ser” (RAMBO, 1994: 43). Na tradição brasileira, a nacionalidade é pensada através de uma ligação ao território, o *jus soli*, sendo brasileiro todo aquele que nasceu em solo brasileiro. Na tradição alemã, domina como critério definidor nacional o *jus sanguinis*, que considera como alemão todo aquele que possui “sangue alemão”, independente do território em que tenha nascido (GERTZ, 1994a: 30). Percebe-se assim, que o critério que passava a definir a nacionalidade não era o mesmo para teuto-brasileiros e para brasileiros.

Para um teuto-brasileiro, mais do que qualquer outro critério identificador, a língua desempenhava a principal função de identificação, sendo fundamental para garantir um pertencimento à nacionalidade, ao chamado *Volkstum*⁷ alemão. Este, que pode ser traduzido por nacionalidade, é um conceito que existe na língua alemã, fundamentado no princípio do *jus sanguinis*, sendo de natureza étnico-cultural. Neste conceito, não cabia a noção de território, nem cabia a identificação direta com um Estado e com a sua condição de cidadania. O indivíduo é alemão não por ser cidadão alemão, o fato de ser cidadão brasileiro não faz o indivíduo perder seus laços simbólicos com a sua origem. O nacionalismo alemão, assim como outros, dentro de um mesmo substrato ideológico, concebe a nacionalidade desvinculada da cidadania (RAMBO, 1994: 46-49).

⁷ Seyferth o traduz por etnia (SEYFERTH, 1982, apud RAMBO, 1994: 47).

Esse critério nacional, distinto, entra em confronto a partir do momento em que esses descendentes de imigrantes alemães começam a reivindicar seus direitos de cidadania, como o direito ao voto, junto à sociedade nacional. A cidadania era percebida pelos teuto-brasileiros como uma posição de direitos e deveres perante o Estado, que não descartava a ligação afetiva com a Alemanha, uma vez que o *Volkstum*, ou a nacionalidade alemã, independia do território (RAMBO, 1994: 46). De acordo com Seyferth, a concepção de nação, nessa ideologia, (*Deutschbrasilianertum*) é étnica e não política (SEYFERTH, 1993). Ou seja, pretendia-se uma sociedade plural, em que a identificação étnica ou nacional não impedia que esses descendentes se sentissem cidadãos brasileiros.

O Estado Brasileiro, no entanto, assumindo de uma forma cada vez mais intensa o seu vínculo emocional com a Nação, sob a forma de nacionalismo, sente-se ameaçado por essa distinção que ocorre nas zonas coloniais, em relação ao restante da sociedade nacional. Vistos como uma “ameaça à integridade nacional”, esses “redutos germânicos” nos sul começam a sofrer um processo de nacionalização, que será exacerbado durante o Estado Novo.

A reação do Estado Brasileiro a essa distinção étnica decorre do próprio substrato ideológico que era visto por ambos, de formas diferentes. Tanto a reivindicação étnica teuto-brasileira, quanto essas reações da sociedade brasileira só podem ser compreendidas se pensarmos que elas estavam em contato. E esse contato que acarretou tal diferenciação.

1.2 Aportes metodológicos

Para que se possa compreender a campanha de nacionalização na cidade de Novo Hamburgo, emancipada da mais antiga colônia alemã do sul do Brasil, que sofreu, durante o século XX, um rápido processo de industrialização, de aumento populacional e também a atração de uma mão-de-obra nacional para o trabalho nas fábricas, optei por analisar o principal jornal da cidade, na época: *O 5 de Abril*.

Como também, busco compreender como essa campanha se refletiu, em um dos espaços de sociabilidade e aprendizado mais importantes para o descendente germânico, no sul do Brasil, recorri à documentação privada da escola que pretendo analisar, Fundação Evangélica de Novo Hamburgo. Nela, que possui um museu, estão guardados alguns documentos desse período, como

atas de reuniões, cadernos de visitantes da escola, um conjunto imenso de fotografias, alguns exemplares do jornal escrito pelos alunos, algumas revistas de época, etc.

Não tive a pretensão, no presente trabalho, de buscar fontes inéditas que remetesse à ação repressiva do Estado Novo nessa região, ou às reações das mais variadas, por esses teuto-brasileiros. Foi nas constantes conversas com arquivistas, funcionários da escola, ou na busca sem sucesso por documentos jurídicos ou policiais, que pude perceber a ausência desse tipo de documentação, em Novo Hamburgo, mas também nos arquivos de Porto Alegre. As justificativas para esse fato são as mais variadas. A possibilidade de prisão daqueles que falassem ou guardassem livros e revistas em alemão, gerou entre a comunidade um medo intenso e, por isso, o material foi perdido, queimado, escondido ou mesmo apreendido. A escola, como organização oficial teve o máximo de cuidado para que, nas visitas dos fiscais de ensino, não se encontrasse nenhum material que atentasse contra a instituição, pois isso poderia significar o seu fechamento.

Há outra questão, que já foi observada por outros pesquisadores que trabalharam com o município de Novo Hamburgo. É o caso de Cláudia Schemes, que, estudando a biografia do industriário Pedro Adams Filho, também atesta a escassez de bibliografia e fontes de pesquisa na cidade. Assim ela afirma: “É grande o descaso para com sua memória, tanto por parte do poder público, quanto por parte dos cidadãos comuns” (SCHEMES, 2006: 24). O próprio arquivo público, como assevera a autora, criado em 2004, conta apenas com um acervo fotográfico e os exemplares dos dois jornais principais da cidade: *O 5 de Abril* e *NH*.

Para dificultar ainda mais a situação, os exemplares do jornal analisado, *O 5 de Abril*, encontram-se desfalcados nos anos de 1938 e 1939, anos cruciais da implantação do Estado Novo. A justificativa para tal ausência é incerta.

De um quadro aparentemente desolador, tenho a convicção, entretanto, de que os documentos pesquisados são fontes potenciais. Esse silêncio documental, talvez, reflita, além do descaso público, como foi incisiva a ação nacionalizadora do Estado Novo. Ficamos no campo das hipóteses.

Utilizar a imprensa como fonte tem sido uma prática cada vez mais recorrente nas pesquisas historiográficas. De acordo com Tânia Regina de Luca, uma das principais problemáticas de se trabalhar com periódicos pode ser resumida no comentário de Jean Glénisson, autor do *Manual de estudos históricos*:

sempre será difícil sabermos que influências ocultas exerciam-se num momento dado sobre um órgão de informação, qual o papel desempenhado, por exemplo pela distribuição da publicidade, qual a pressão exercida pelo governo (LUCA, 2008: 116).

De acordo com a autora, ainda na segunda metade do século XX a imprensa era vista como subordinada às classes dominantes, repleta de valores, interesses e discursos ideológicos. É na década de 1970 que se nota o uso mais amplo do periódico como fonte e objeto de estudo. Pesquisadoras como Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado, por exemplo, entenderam a imprensa inserida na realidade social que se estabelecia, manipulando interesses e intervindo na vida social (LUCA, 2008: 118).

Regina Weber, por exemplo, questionando a necessária distinção que se deve estabelecer entre “grupos étnicos” e imigrantes, assim como do uso da imprensa como fonte de pesquisa nessas situações, observa que os periódicos vêm sendo utilizados para que se obtenha informações sobre o cotidiano ou as representações, mas, também, como um instrumento através do qual os grupos davam-se visibilidade social. Ela observa que as “notinhas” sobre atividades sociais de grupos imigrantes, distantes de serem “grandes campanhas de formação de opinião”, podem revelar ao historiador, por exemplo, o grau de solidificação de determinadas identidades étnicas ou nacionais, as possibilidades de se fazer noticiar e também as formas socialmente aceitáveis e generalizadas de expressão dos grupos sociais (WEBER, 2008: 238-239).

O periódico *O 5 de Abril*, inserido em seu contexto histórico, nasceu da necessidade de um veículo de informação no município recém-emancipado, tendo em vista que o município de Novo Hamburgo foi emancipado a 5 de abril de 1927 e o jornal, sob a forma de semanário, publicado todas as sextas-feiras, começou a circular a 6 de maio de 1927. Era escrito em português, apesar da maioria de seus anúncios, até o fim da década de 1930, terem sido escritos em alemão. Ele poderia atingir, assim, não apenas aquele que falasse em alemão e português (grande parte dos moradores sequer falavam ou liam em português), mas, também, dentro do processo de industrialização do município, todos que ali se estabeleceram e falavam a língua nacional. De acordo com o autor de um livro sobre o periódico, Martin Behrend, calcula-se que as primeiras tiragens alcançaram de 200 a 300 exemplares, para uma população de 8.500 habitantes, e esse número só cresceu, nas décadas de 1940 e 1950 (BEHREND, 2002: 43).

Seu proprietário, Hans Behrend, nascido na Alemanha, era dono de uma tipografia e esse foi o local em que o jornal começou a ser editado. O proprietário participou do processo de emancipação, assim como Leopoldo Petry, que foi diretor por um mês, e foi um dos líderes do

processo emancipacionista, sendo também o primeiro Intendente Municipal do município (BEHREND, 2002: 31-32). Também foi diretor-proprietário, na década de 1940, um dos filhos de Hans Behrend, Werner, que, durante a década de 1930, foi filiado ao núcleo local da Ação Integralista Brasileira no município, e que conduziu o jornal, praticamente às suas custas, com o apoio da família e de sua tipografia, até a década de 1960, quando o jornal foi encerrado (BEHREND, 2002: 145).

A análise das fontes periódicas foi realizada observando o tipo de conteúdo veiculado, o autor, as notas sociais, festividades, bailes, as sociedades que utilizavam esse recurso como divulgador de suas atividades, quais eram os assuntos recorrentes e as datas que eram comemoradas pelo município. Também observei como a questão da imigração e da descendência germânica de grande parte dos habitantes do município era mencionada, as vinculações com a política regional e nacional. A partir da década de 1940, pude notar como os temas da nacionalidade foram se tornando cada vez mais freqüentes e elaborados, no intuito de inserir a comunidade a uma perspectiva mais patriótica, como o jornal esclarecia a população num contexto de nacionalização, durante o Estado Novo, e como o município se posicionava enquanto operoso, uma “colméia de trabalho” servindo, portanto, à nação brasileira.

Na análise das fontes documentais procurei compreender como a Escola Fundação Evangélica, tradicional no município, luterana, teve de se adequar à perspectiva nacional, substituindo antigos métodos de ensino e passando a valorizar o ensino do português e das datas patrióticas.

CAPÍTULO 2

Entre o Tradicional e o Moderno

2.1 O contexto histórico da formação do município de Novo Hamburgo

Neste capítulo, pretendo esboçar uma análise da história do povoamento do município de Novo Hamburgo, do episódio de sua emancipação, suas relações políticas, econômicas e sociais, que foram recebendo contornos mais nítidos na década de 1930 e acabaram definindo a sua inserção nas políticas nacionais estadonovistas. Com isso, é possível compreender os efeitos das políticas do governo federal de 1938 a 1945, nessa localidade, considerado um “quisto étnico”, motivo pelo qual sofreu, de forma acentuada, a chamada “campanha de nacionalização”.

2.1.1 Hamburger Berg e Novo Hamburgo - o início da colonização no sul do Brasil

“Não é bastante contemplar e gozar nesta hora, os frutos do labor germânico, por maiores que sejam, para uma justa apreciação e medida da influência dessa colonização na economia e grandeza regional”.⁸

Novo Hamburgo é um município do Vale do Rio dos Sinos que tem a sua origem no processo de imigração, que ocorreu durante o século XIX, no Brasil. A imigração de alemães para o território nacional surgiu como um projeto do Império Brasileiro para atender a diferentes necessidades políticas, econômicas e sociais da época. No sul, os imigrantes povoariam áreas devolutas, definindo e demarcando fronteiras, na promoção de uma agricultura familiar, branca, em pequenos lotes de terra. Distinguindo-se de zonas como São Paulo e Rio de Janeiro, que buscavam, principalmente, uma mão-de-obra que atendesse as necessidades de trabalho dos grandes latifúndios, num contexto de restrição do trabalho escravo, no sul, uma agricultura familiar proveria o mercado interno de bens de necessidade primária, e com isso aqueceria o comércio da província.

A escolha de imigrantes europeus baseava-se também na necessidade de “branqueamento” da população brasileira, através da valorização de um tipo social branco,

⁸ Discurso proferido pelo Governador do Estado, Borges de Medeiros, quando visitou Novo Hamburgo, em 1924. A reprodução desse discurso foi feita em comemoração ao Dia do Colono. O 5 de Abril, 24/07/1936.

civilizado, apto ao trabalho, num período em que estava em pauta, entre as elites intelectuais brasileiras, a discussão e formação da identidade nacional (LESSER, 2001). Foi assim que chegaram, em 1824, os primeiros imigrantes alemães, ao Rio Grande do Sul, vindo a se estabelecer em São Leopoldo, nas margens do Rio dos Sinos, terras de propriedade da Coroa, da antiga Real Feitoria do Linho Cânhamo, sob a direção do governo brasileiro e o controle do governo provincial (TRAMONTINI, 1997: 57).

Um dos núcleos da Colônia de São Leopoldo nasceu em um morro, na confluência da picada que seguia para a colônia de São Miguel de Dois Irmãos e na estrada que descia a Serra, dos campos de Vacaria. Os imigrantes que chegaram nesse local, aproveitando a proximidade das estradas que ligavam a outras regiões, logo estabeleceram ali comércios, comprando produtos das zonas de Dois Irmãos, Campo Bom, Sapiranga e Taquara, revendendo-os a Porto Alegre. O morro onde esses comerciantes se fixaram ficou conhecido como “Hamburger Berg”.⁹ Era o início do povoamento de Novo Hamburgo. Esse núcleo foi elevado à Freguesia a oito de maio de 1875, passando a se chamar Nossa Senhora da Piedade de Hamburger Berg.

Ainda no século XIX, um ramo próspero e que caracterizaria toda a modernização e industrialização do futuro município foi o da utilização do couro para a fabricação de peças de montaria. Nicolau Becker, industriário e comerciante, estabeleceu-se ao pé desse morro, em 1857, construindo curtume e selaria. O couro também era utilizado para a confecção de chinelos e sapatos com solas de madeira, feitos manualmente, o que deu origem à figura do “sapateiro” (PETRY, 1963:11-13).

O comércio, que era facilitado pela confluência das estradas, assim como a utilização do couro, artesanalmente, na produção de chinelos para as lides da roça e de artigos de montaria, foram um incentivo à construção da estrada de ferro que ligou Porto Alegre a São Leopoldo, em 1874, chegando a Novo Hamburgo, em 1876 (ROCHE, 1969: 62). A construção da estrada de ferro era uma estratégia do governo para aproximar as colônias dos centros, facilitando a atividade comercial. Assim, os artigos produzidos nas colônias de imigrantes escoariam de forma mais fácil aos grandes centros, visto que a carroça e os barcos eram atividades custosas. Foi uma

⁹ Não se sabe ao certo por que a localidade recebeu tal nome. De acordo com Leopoldo Petry, o primeiro comerciante que teria se estabelecido ali teria sido natural da cidade de Hamburgo, na atual Alemanha, gostando de frisar a sua origem. Começou-se a denominar o morro dos que ali moravam de “morro dos hamburgueses” e, assim, “Hamburger Berg” (PETRY, 1963: 24).

via de mão dupla. Da mesma forma que o governo se beneficiava com a ampliação comercial, os colonos tinham a possibilidade de enriquecer, direcionando seus recursos a atividades industriais.

Quando a linha férrea chegou a Hamburger Berg, a empresa construtora da estrada de ferro não possuía numerário para alcançar a localidade de destino. Os construtores da empresa norte-americana edificaram, então, ao pé do morro, a estação férrea, a que denominaram de “New Hamburg” (MÖELECKE, 1978: 303). Esse fato acabou facilitando o povoamento do pé do morro, que se transformaria, mais tarde, na sede do Município, em 1927.

2.1.2 A emancipação de Novo Hamburgo

Não tardou para que os moradores de Novo Hamburgo e Hamburgo Velho percebessem sua importância econômica e as necessidades de modernizar e urbanizar a localidade. Foi com esse intuito que uma comissão de moradores, comerciantes, industriários, personalidades locais¹⁰, foram ao Palácio do Estado expor suas intenções de emancipação do 2º Distrito de São Leopoldo a Borges de Medeiros, em 1924. A comissão também fez um pedido ao Conselho Municipal de São Leopoldo, porém, não encontrou receptividade para tal solicitação. O Conselho Municipal, alarmado com a agitação existente no 2º Distrito, repudiou tal pedido, considerando o grave erro político, administrativo e econômico que seria a emancipação. E enviou um telegrama a Borges de Medeiros (MÖELECKE, 1978: 278): se Novo Hamburgo de fato se emancipasse, isso acarretaria um prejuízo imenso nos cofres de São Leopoldo, visto que grande parte de sua renda, provinha dos impostos colhidos do 2º distrito.

Mas essa medida não conteve os ímpetus de seus habitantes. Através de uma medida política, imposta por Borges de Medeiros, finalmente pôde Novo Hamburgo emancipar-se em 1927, através do Decreto de criação do Município de Novo Hamburgo, nº 3818, de 5 de abril de 1927 (PETRY, 1963: 78). De acordo com René Gertz, o episódio da emancipação foi fruto de um desagrado de Borges de Medeiros, já que a população de São Leopoldo não teria votado fielmente nos candidatos aliados ao governo, como Borges de Medeiros esperava (GERTZ, 1987: 45). Para contornar a legislação, o novo município foi criado, cercado de todos os lados por São Leopoldo. Os limites de Novo Hamburgo respeitavam a antiga delimitação do 2º Distrito e,

¹⁰ Entre eles, Leopoldo Petry, Jacob Kroeff Netto e Pedro Adams Filho.

assim, não era preciso modificar os limites de São Leopoldo, nem contar com a intervenção do Conselho Municipal de São Leopoldo.

O episódio da emancipação tomou conta da cidade. A notícia foi espalhada rapidamente por panfletos, impressos na Tipografia Behrend, estabelecimento que no mês seguinte, iniciou a publicação do principal jornal de Novo Hamburgo a 6 de maio de 1927 (SELBACH, 1999: 21). Os festejos ocorreram na Praça da Vila, onde foi organizado um verdadeiro comício.¹¹ Novo Hamburgo pôde, enfim, estruturar-se, e seguir seu desenvolvimento urbano e industrial. O primeiro Intendente Municipal eleito foi Leopoldo Petry.

2.1.3 O cotidiano da cidade - Comunidade Imigrante versus Comunidade Nacional:

“Sua atenção se concentrava no estilo das casas [. . .]. Eram quase todas de tipo alemão; umas quadradas lisas, outras como telhado em bico e a janelinha encaixada embaixo do vértice; [. . .] Nada que pudesse lembrar, senão fugidamente os sobrados do Norte ou a arquitetura colonial portuguesa. O conjunto era tipicamente germânico”¹²

Numa constante negociação, os imigrantes alemães que vieram para o Brasil, com o intuito de aqui estabelecer seu lar, souberam demarcar seus espaços de representação e interesses, dentro de sua comunidade, mas também em relação à sociedade anfitriã. De acordo com Jeffrey Lesser (2001: 23), as sociedades imigrantes foram aos poucos definindo os seus lugares na sociedade majoritária. A tensão, o conflito vivido pelas comunidades, muitas vezes refletidos em estereótipos e racismo, mostram que, ao longo de seu estabelecimento, identidades foram sendo contestadas, definidas e redefinidas, assim como, também, diferentes posições foram sendo expostas. Essas identidades demarcadas, os conflitos, os jogos de interesses, vão estar refletindo nos acontecimentos do município de Novo Hamburgo antes e durante a “Campanha de Nacionalização”, promovida pelo governo Vargas.

Ao longo do século XX, a incipiente industrialização da localidade, através da formação dos curtumes, fábricas de sapatos e produtos de couro, e dos estabelecimentos comerciais, atraíram para a cidade um grande número de brasileiros, que vinham das mais distintas regiões do

¹¹ *O 5 de Abril*, 5/04/1935.

¹² Trecho retirado do romance de Vianna Moog, *Um rio imita o Reno*, p. 20. O autor promoveu na obra, ataques à cultura teuto-brasileira. O romance foi publicado pela Editora Globo, em 1939.

estado, para trabalharem nas fábricas. Foi dessa forma que se iniciou a construção de casas nos arredores do distrito, crescendo de forma desordenada, mas longe do centro da vila. Os primeiros moradores, quase todos imigrantes, estabeleceram sua comunidade por laços de solidariedade, formando igrejas e escolas, logo no princípio do processo de imigração. A língua falada correntemente era o alemão. Com o crescimento da vila, o bairro Hamburgo Velho conservou as suas características, com suas casas, prédios, escolas e igrejas, num estilo peculiar, tornando-se o local de residência dos descendentes de imigrantes, assim como também, o local em que ocorriam as principais festas do município e onde se estabeleceram as principais sociedades de lazer e cultura.

Com isso, Novo Hamburgo se via simbolicamente dividida por três regiões distintas: o tradicional bairro “Hamburgo Velho” era o local reservado a uma elite fundadora do município, onde toda a arquitetura e o cotidiano lembravam a imigração e a tradição germânica. Na “África”,¹³ do outro lado do arroio, moravam pessoas simples e humildes. No início da colonização, essa região era um reduto de escravos (SCHÜTZ, 2001: 66).

Outra região, também do outro lado do arroio, era conhecida pelo nome de “Mistura”.¹⁴ Era onde ficavam os *Brazilianers*. Ali moravam brancos, negros, caboclos, mas também alemães (SELBACH, 1999: 44). Essa divisão era comum nas décadas de 1920 e 1930. No jornal *O 5 de Abril*, na década de 1930, aparecem alguns anúncios de vendas de propriedades no bairro “África”, por exemplo.¹⁵

O preconceito racial e social pode ser encontrado em algumas matérias ou cartas enviadas à redação do jornal *O 5 de Abril*, principal periódico do município. Esse jornal também era dirigido por imigrantes e descendentes germânicos, como já mencionado anteriormente. Assim, assinou uma pessoa identificada como AL, em carta enviada à redação, dissertando sobre os tradicionais *Kerbs* que ocorriam na cidade, durante quatro dias, mas circunscritos aos sócios das associações locais:

Infelizmente nossas sociedades bailantes não se lembraram dos nossos “modestos operários do pensamento” (nas palavras de Aporelly), enviando-nos convites para seus bailes, o que me privou de descrever nesta nota o ambiente interno dos salões,

¹³ Hoje, esse local fica no bairro Guarani, de Novo Hamburgo.

¹⁴ Hoje, esse local fica no Bairro Rio Branco, de Novo Hamburgo.

¹⁵ *O 5 de Abril*, 31/01/1936.

durante três ou quatro dias. Creio, todavia, não errar afirmando que os bailes devem ter sido magníficos¹⁶

Pode-se observar, com essa nota, que havia certo distanciamento social entre imigrantes e descendentes e aqueles operários, que haviam sido atraídos pelo crescimento da cidade, já que não participavam de algumas festas tradicionais da cidade. Uma outra matéria publicada no semanário, intitulada “Uma aspiração dos Negros”, reporta bem esse preconceito sócio-racial. Nela, os editores informavam que haviam recebido a visita de uma comissão de “homens de cor que vieram protestar contra os cinemas desta cidade, por não lhes permitirem estes a entrada na platéia que estas casas de diversões estipulem, pelo menos um preço especial para os lugares quem indicam para a classe negra”.¹⁷

Como menciona René Gertz (1987), a paisagem teuto-brasileira no sul do Brasil podia ser diferenciada da comunidade nacional, em vários sentidos. A primeira das distinções era a língua. O alemão manteve-se corrente nos núcleos coloniais. Com a distribuição dos lotes, na extensão de São Leopoldo, acabaram se aglutinando pessoas de mesma origem, que fortaleceram seus laços identitários. A casa, como “reduto íntimo da etnicidade”, acabou fortalecendo práticas, como o uso da língua materna, valores e tradições familiares, passados a cada geração (SEYFETH, 1990: 84). Além disso, a escola contribuiu para o uso diário da língua alemã.

Quando os imigrantes aqui se estabeleceram, o sistema educacional brasileiro era atrasado. Os colonos, assim, fundaram escolas com recursos próprios, com o auxílio das comunidades e da igreja, e muitos dos professores ou eram pastores alemães, ou alemães enviados para ministrar aulas no Brasil, ou alguém da própria comunidade que, nesse contexto, falava com muita dificuldade a língua vernácula. Gertz salienta que em 1864, o governo brasileiro, considerando menos despesas, baixou um decreto, oficializando as escolas particulares, mesmo que fossem ministradas em alemão (GERTZ, 1987: 70). Em Hamburgo Velho, em 1832 já aparecia uma cartilha primária, editada em Porto Alegre, paga pelas próprias famílias. A primeira igreja, construída no mesmo ano, também servia escola às crianças (PETRY, 1963: 109).

A Igreja Luterana também teve de se manter às próprias custas, construindo seus estabelecimentos, recebendo pastores da Alemanha, para ministrar os cultos. A primeira Igreja de Hamburgo Velho, luterana, foi construída pela família de Libório Mentz, em 1832. Em 1845

¹⁶ *O 5 de Abril*, 30/05/1935.

¹⁷ *O 5 de Abril*, 06/03/1936.

construiu-se uma igreja maior, inaugurada no ano seguinte. Em 1898, a comunidade de Novo Hamburgo fundou a sua própria comunidade. Os imigrantes católicos começaram a construir sua primeira Igreja em 1850, sendo finalizada em 1886. A comunidade católica contava com o apoio dos vigários de São Leopoldo (PETRY, 1963: 101).

Outra marca distintiva das comunidades alemãs que se estabeleceram no sul do Brasil foram as associações desportivas, centros de lazer, com festas religiosas e bailes. As associações tinham o intuito de promover a sociabilidade entre a própria comunidade e as comunidades longínquas. Era o espaço onde se firmavam acordos, se estabeleciam casamentos, onde se podia partilhar práticas em comum. No Rio grande do Sul, esse caráter associativo dos teuto-brasileiros pode ser visto no número desses clubes. Segundo o livro comemorativo do Centenário da Imigração Alemã, no sul do Brasil, havia pelo menos 352 clubes nos municípios mais importantes da região colonial (GERTZ, 1987: 71).

É interessante observar o tipo de práticas que se realizavam nessas sociedades, a importância que tinham para a cidade e as datas comemorativas, que os colonos festejavam. Com isso, pode-se perceber um tipo de discurso reproduzido no período anterior à Campanha de Nacionalização, e o discurso que se estabelece com a implantação do Estado Novo, nas áreas de colonização.

Numa edição especial do semanário *O 5 de Abril*¹⁸, uma matéria faz uma descrição das principais sociedades do município. As mais conhecidas eram a “Sociedade Ginástica” que possuía duas sedes uma em Hamburgo Velho e outra em Novo Hamburgo (*Turnverein*). Esta era uma tradicional sociedade de teuto-brasileiros, no culto à prática de esportes, fundada em 1894. Segundo a matéria, tinha por finalidade: “estimular a prática de ginástica, incentivando também a prática social, através de bailes, teatros, etc. A sociedade mantém o uso do idioma e dos costumes tradicionais da pátria do grande fundador da ginástica, o mestre Jhan”. Outra das sociedades tradicionais era a Sociedade de Tiro, “Sociedade Atiradores de Novo Hamburgo” (*Schützverein Neu Hamburg*), fundada em 1892, incentivando a prática do tiro ao alvo, as festas recreativas de sócios e familiares, e a conservação dos costumes germânicos.

Outras associações famosas eram as de canto, *Gesangverein Bruderbund* (Sociedade de Canto “Liga de Irmãos”), fundada em 1912, com a finalidade de cultivar o canto, através da canção alemã; a “Sociedade Rio Branco” e grupo de cantores *Heiterkeit*, com a finalidade de

¹⁸ *O 5 de Abril*, 20/09/1935.

promover o *Deutsches Lied* (canção germânica), e o *Gesangverein Frohsinn* (Sociedade de Canto Frohsinn), que também incentivava o canto e promovia também, peças de teatro, auxiliava familiares de sócios falecidos, possuía biblioteca e canchas de bolão. As datas comemorativas do município e da imigração alemã eram, em sua maioria, promovidas e realizadas nessa sociedade.

E era nessas sociedades que se realizavam os tradicionais *Kerbs*¹⁹, festejo antigo, realizado nas comunidades, contando com um culto ou uma missa, atividades recreativas, bailes e bandinhas. Na década de 1930, os *Kerbs* já se realizavam no interior das sociedades Ginástica, Frohsinn, nas sociedades de Tiro, entre outras.

A língua alemã, como visto, era uma prática e uma opção nesses espaços de sociabilidade. A Sociedade Frohsinn recebia grupos teatrais, como a *Riesch Bühne*, conjunto teatral alemão, como um convite aos “amantes do bom teatro alemão”.²⁰ As associações possuíam também grupos próprios de teatro²¹, e recebiam encenações brasileiras, como a peça “Flores de Sombra”, comédia de Cláudio de Souza, pelo grupo cênico da AIB de Porto Alegre. A peça era comandada pelo diretor da Secretaria Provincial de Cultura Artística da AIB, prof. Léo W. Schneider.²²

Uma das festas mais comemoradas na cidade era o “Dia do Colono”, dia 25 de julho, decretado feriado estadual no ano de 1934, pelo general Flores da Cunha. Novo Hamburgo se organizava nos preparativos da festa, reunindo diretorias das escolas e sociedades locais, pois: “foi o nosso município um dos pontos principais, onde os imigrantes germânicos iniciaram a sua obra civilizadora”.²³

Os discursos reproduzidos no periódico, no dia daquelas festividades são bem esclarecedores. Tanto no sentido de uma valorização étnica, quanto no seu pertencimento ao território brasileiro:

“As comissões diretoras dos festejos não têm medido esforços no sentido de homenagearem condignamente os nossos antepassados, que tanto trabalharam na construção de sua nova pátria, de que hoje tanto nos orgulhamos. Nos dias hodiernos sirvam-nos de estímulo os sacrifícios e as lutas dos nossos avós e, venerando-lhes a memória, trabalharemos para o bem do nosso caro Rio Grande e para o engrandecimento de nossa estremeçada pátria brasileira”.²⁴

¹⁹ *O 5 de Abril*, 11/01/1935, 13/09/1935, 15/05/1936, 26/04/1940.

²⁰ *O 5 de Abril*, 18/01/1935.

²¹ “Grupo Teatral Esperança”, Sociedade Esperança de Hamburgo Velho, *O 5 de Abril*, 13/12/1935.

²² *O 5 de Abril*, 17/05/1935.

²³ *O 5 de Abril*, 14/06/1935.

²⁴ *O 5 de Abril*, 19/07/1935.

Na sociedade Frohsinn, nas comemorações do Dia do Colono de 1935, discursou o Sr. Norberto Michel, fala reproduzida pelo jornal. Nela, ele discutiu os motivos da comemoração da data: “para alguns, a lembrança de seus antepassados, [...] para muitos, um problema a resolver”, referindo-se aos ataques que sofria a comunidade teuto-brasileira, por alguns setores da elite nacional. O discursante se perguntou porque este é um feriado nacional se tão somente a colônia o comemoraria. A resposta foi a seguinte:

Os descendentes alemães, os teutos, compreenderam desde logo, que somente poderia impor-se à admiração de sua pátria, honrando as tradições avoengas e com uma noção clara e precisa de sua conduta, procuraram tornar-se dignos de sua herança [. . .] seus representantes mais autorizados conseguiram [. . .] a decretação de feriado estadual para o dia 25 de Julho.²⁵

O feriado, portanto, era, ao mesmo tempo, um espaço de rememorar, as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes que aqui chegaram, que de forma pioneira, dominaram a “selva” e prosperaram, como é o caso do município de Novo Hamburgo, e, ao mesmo tempo, uma vitória para os descendentes germânicos. Uma data que marcava sua importância histórica para todo o estado.

2.1.4. Uma afinidade longínqua

A ligação simbólica com a Alemanha também era evidenciada na preocupação constante dos editores do *O 5 de Abril*, que traziam notícias da reconstrução do país, após a Primeira Grande Guerra. Em 1935, o território do Sarre foi reintegrado à Alemanha, sob a forma de plebiscito, um território francês desde o término da Primeira Guerra. Um conterrâneo do município, participando do plebiscito, enviava algumas notícias do local.²⁶ Após a anexação do território à Alemanha, a colônia alemã comemorou a vitória no Salão da Sociedade Frohsinn, com o apoio do núcleo local da N.S.D.A.P (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*), que convidava toda a colônia alemã, “aqueles a ela ligados, alemães natos ou descendentes, a associarem-se a homenagem”. Os presentes cantaram a canção do Sarre, depois as primeiras estrofes das canções *Deutschland* e *Horst Wessel*. Estiveram presentes representantes, segundo o jornal, de várias sociedades alemãs, radicadas no Brasil.²⁷

²⁵ *O 5 de Abril*, 02/08/1935.

²⁶ *O 5 de Abril*, 25/01/1935, 22/03/1935.

²⁷ *O 5 de Abril*, 08/03/1935, 15/03/1935.

E assim o jornal *O 5 de Abril* publicava algumas opiniões de outros jornais, que corroboravam a ligação entre os teutos do sul do Brasil, com seu país de origem. É o caso do jornalista Mario Guedes, do jornal carioca *Jornal do Brasil*:

Os brasileiros, de origem alemã, não são exceções. Entram a ser contados por milhares, em toda República. Logo, o alemão é componente do nosso patrimônio étnico. Existem muito mais teuto-brasileiros e brasileiros filhos de alemães com brasileiros natos, no Brasil, do que no território do Sarre. Portanto, o alemão é nosso parente, não por afinidade de raça, como o francês, por exemplo, mas pelo próprio sangue.

O autor segue comparando brasileiros e teutos:

Não há, no Brasil, população mais morigerada do que a de procedência alemã, ou as populações de outras procedências, que mais o sejam, se iguam à alemã. Respeitam a lei. É gente da ordem. Veja-se o nosso noticiário policial ou telegramas sobre crimes ocorridos, nos Estados, como assassinatos, questões de dinheiro, negócios de mulheres etc. Todos contribuem para o escândalo social, ou são seus fregueses. Menos, ou dificilmente, o sangue germânico.²⁸

Na década de 1930, as notícias do crescimento e reconstrução da Alemanha, aliadas a um estreitamento de laços comerciais entre o país e o Brasil, podiam ser acompanhados semanalmente no *O 5 de Abril*, principalmente com as atividades do coronel Guilherme Gaelzer Neto²⁹, que ocupava o cargo de Diretor Geral de Propaganda Oficial Brasileira, de 1921 até 1941, auxiliando na firmação de contratos entre empresas brasileiras e alemãs, incentivando vínculos comerciais entre os dois países.³⁰

Com isso, pode-se perceber os espaços que demarcavam semelhanças e diferenças, numa sociedade que possuía uma formação histórica peculiar. A acentuação de diferenças, os elos com o país de origem dos pais e avós, o canto em alemão, as tradições populares, eram formas de demarcação de identidades, de símbolos compartilhados por esses grupos que possuíam uma descendência em comum. Isso não significa, no entanto, que esses “brasileiros de identidades hifenizadas”, como caracterizou Jeffrey Lesser, na análise da construção de identidades imigrantes no processo histórico brasileiro, se deslocassem de sua realidade. Ao contrário, era no jogo político que esses grupos conseguiam definir seus interesses e direitos na comunidade nacional. E esse jogo político estava em transformação.

²⁸ *O 5 de Abril*, 01/03/1935.

²⁹ Também foi intendente municipal de São Leopoldo, nos primeiros anos do século XX. Ver mais em: <http://www.iai.spk-berlin.de/pt/biblioteca/espouios/espouios-individuais/gaelzer-neto-guilherme-geb-1874.html>. (Site visitado a 15 de setembro de 2009)

³⁰ *O 5 de Abril*, 17/01/1936, 29/05/1936, 08/05/1936.

2.2 Um período político conflituoso

A década de 1930 foi um período de grandes modificações políticas nacionais e internacionais. Foi um período em que algumas concepções antigas, estabelecidas ao longo do século XX, através de ideais liberais, federativos vão ser postos em questionamento, substituídas por um governo com facetas cada vez mais autoritárias, no qual o Estado assumia um papel cada vez mais centralizador, com um apelo nacional crescente.

A Revolução de 1930, que colocou Getulio Vargas na presidência provisória do Brasil, assumiu a ideologia autoritária como triunfante, substituindo o regime oligárquico liberal existente até então. Alguns ideólogos, como Francisco Campos, Oliveira Viana e Azevedo Amaral, elaboram suas concepções políticas e ideológicas ainda na década de 1920, percebendo o Estado liberal como corrupto, individualista, e não representativo das necessidades reais da nação brasileira, ainda em formação. Queriam a eliminação de partidos, um poder emanador do Estado e a representação de uma sociedade organizada. Essas concepções triunfarão na década de 1930 (FAUSTO, 2001).

Vargas, ainda no comando do governo provisório, já começa a colocar em prática medidas cada vez mais autoritárias e nacionalistas. O Sistema de Interventorias, por exemplo, era um golpe na autonomia dos estados e na força das oligarquias, já que os Interventores, eram nomeados pelo presidente. Esse foi o caso de Flores da Cunha, no Rio Grande do Sul. Foram criados, ainda em 1930, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde Pública (PANDOLFI, 2003:19).

Os benefícios aos trabalhadores começam a ser decretados entre 1930 e 1934, e as medidas de nacionalização já começavam a afetar o cotidiano das zonas de colonização. É o caso, por exemplo, da “lei dos dois terços”, Lei de Nacionalização do Trabalho, que obrigava que 2/3 de empregados das fábricas fossem brasileiros. Com essas medidas, o governo tentava controlar a demanda imigrante para o Brasil e garantir o emprego da mão-de-obra nacional (AGGIO, 2002: 10).³¹

Ocorre no período, uma grande efervescência política. Tanto para a esquerda quanto para a direita, dois grupos de caráter nacional, assumem forma no Brasil: a AIB e a ANL, a primeira

³¹ *O 5 de Abril*, 25/10/1935, convocando os industriários a apresentarem a relação de funcionários na Inspetoria Regional do Trabalho de Novo Hamburgo. Ver também: http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/5802_3.asp (visitado no dia 03/10/2009).

inspirada numa ideologia fascista, e a segunda inspirada no movimento revolucionário russo, no combate ao nazi-fascismo europeu. O nacional-socialismo alemão, no comando do chefe militar da Nação, Adolf Hitler, desde 1933, também ampliava-se, com sedes por toda a América Latina.

Nesse contexto, Novo Hamburgo, também possuía suas representações políticas. O “Café Avenida” era o ponto de encontro tradicional entre os políticos da cidade. Era nele que se reuniam os representantes do Partido Republicano Liberal³², que era o partido do Alencastro Braga de Menezes. Alencastro governou até setembro de 1935 e pediu exoneração do cargo. A passou a ser comandada por Ângelo Provenzano, famoso industrialista local, nomeado pelo governo do Estado, que também representante da PRL. Era o ponto de encontro, também, do “Grêmio Republicano Liberal Flores da Cunha”.³³

Conforme Flores da Cunha ia se afastando do governo de Getúlio Vargas, seu governo tentava garantir o apoio das elites locais. De acordo com Gertz, existia uma espécie de “acordo tácito” entre os núcleos coloniais e o governo estadual, que não era passivo ou inconsciente (Gertz, 1991: 26) Esse era o caso de Novo Hamburgo. Com uma forte representação do PRL, o governador do estado visitou Novo Hamburgo, em 1º de maio de 1935, sendo recebido por uma brilhante recepção. O governador afirmara em sua visita a importância daquela “colméia de trabalho” para a economia gaúcha que, mesmo sendo uma população “descendente de raça estrangeira”, a população dava provas sobejas de seu amor ao Rio Grande.³⁴ Flores da Cunha conseguia, com essa visita, um fortalecimento do Partido Liberal e o prefeito, sem perder tempo, dava mostras das qualidades do município, solicitando a elevação da vila de Novo Hamburgo à categoria de cidade, que ocorreu, por decreto nº 6060, de 21 de setembro de 1935. O governador do estado, considerando que Novo Hamburgo preenchia a finalidade econômica exigida por lei, devido ao seu crescente comércio e indústria, elevava a vila à categoria de cidade, já que, em 1935, o município já contava com uma renda anual de 500.000\$000, e a população era de 12 mil almas, nos dois distritos da vila: Hamburgo Velho e Novo Hamburgo, numa área de 65km².³⁵

³² O PRL foi fundado por Flores da Cunha, em 1932, resultado de uma cisão na FUG (Frente Única Gaúcha), que apoiou a candidatura de Getúlio Vargas ao poder, pela Aliança Liberal. Flores da Cunha, conforme vai distanciando-se da política nacional proposta pelo governo de Vargas, defendendo a autonomia dos Estados, reaproxima-se da FUG buscando apoio para o seu governo. Vargas, por sua vez, também se aproxima da FUG, dando-lhe maior proteção, desgastando o Governo de Flores da Cunha e impedindo uma oposição mais forte no Rio Grande do Sul. Ver: ABREU, 2005 e GERTZ, 2005.

³³ *O 5 de Abril*, 01/02/1935, 06/09/1935.

³⁴ *O 5 de Abril*, 03/05/1935.

³⁵ *O 5 de Abril*, 27/09/1935.

O município, além de toda uma proximidade com o partido liderado por Flores da Cunha, ainda contava com uma sede municipal da AIB, Ação Integralista Brasileira, que enviava semanalmente notas ao periódico *O 5 de Abril*. Nestas notas de propaganda da AIB, relatava-se o tipo de propostas, críticas e rituais estabelecidos nas suas “Sessões Abertas”. É o caso da nota do dia 30 de agosto, referindo-se a sessão extraordinária de propaganda da doutrina integralista. Ela contou com diversos acadêmicos da capital da província, que explanaram aos ouvintes “a questão social, o sistema corporativo no regime integralista, etc”. A nota também convocava os “companheiros” a comparecerem ao campo de desportos para serem iniciados os “trainings” de exercícios físicos³⁶. Realizavam-se também, numerosos rituais, como “A noite dos Tambores Silenciosos”,³⁷ o culto ao chefe nacional, Plínio Salgado e havia um departamento feminino, que também possuía um Jardim de Infância, e continha um “regular número de plinianos”, onde era ministrada uma educação baseada nos postulados da Ação Integralista Brasileira. O Departamento Feminino também realizava suas sessões doutrinárias semanais, para as chamadas “blusas-verdes”.³⁸

A crítica ao liberalismo, que era promovido por partidos como o de Flores da Cunha, era um dos temas principais das sessões doutrinárias da AIB, nas explanações do chefe municipal, Dr. Wolfram Metzler, que afirmava que os “filhos de colonizadores tanto dos teutos como dos italianos, eram explorados pelos politiqueros liberais democratas nas vésperas de eleições, para depois serem relegados à qualidade de Brasileiros de terceira classe”.³⁹ A crítica era direcionada às visitas políticas que fazia Flores da Cunha, para que se votasse em candidatos de seu partido. Wolfram Metzler foi eleito vereador do município, nas eleições municipais ocorridas a 17 de novembro de 1935. Ele também concorreu a Prefeito Municipal.

Nas eleições de 1935, a influência do Partido Republicano Liberal, de Flores da Cunha, fez-se sentir em Novo Hamburgo que, com um número de 3.019 eleitores, tendo comparecido às urnas 2.459 eleitores, elegeram prefeito Ângelo Provenzano, que recebeu 1.396 votos.⁴⁰ Essa influência liberal acabaria, mais tarde, com a decretação do Estado Novo no Brasil, colocando o município sob a análise da Comissão Mista, na escolha do novo prefeito que administraria a cidade, a partir de 1938.

³⁶ *O 5 de Abril*, 30/08/1935.

³⁷ *O 5 de Abril*, 11/10/1935.

³⁸ *O 5 de Abril*, 28/02/1936.

³⁹ *O 5 de Abril*, 06/03/1936.

⁴⁰ *O 5 de Abril*, 22/11/1935, 29/11/1935.

O município de Novo Hamburgo também possuía um núcleo local do N.S.D.A.P, partido nacional-socialista que, nas sessões semanais, valorizava as características étnicas de grande parte dos habitantes do município. Também era um grande emissor de propaganda do regime político vivido na Alemanha. O partido promovia filmes de divulgação, no Cinema Guarany, como o *Echo der Heimat* (“Ecos da Pátria”)⁴¹, todo falado em alemão, assim como noites recreativas, em Hamburgo Velho, que se dissertava sobre a História Alemã⁴², e encontros de homenagem, na sua sede, assim como também na Igreja Evangélica de Hamburgo Velho, aos heróis do movimento nacional socialista alemão.⁴³

O panorama político era complexo. No âmbito federal, o governo de Getúlio Vargas acirrava seu perfil nacionalizador, centralizador e autoritário, após as oposições constantes e os pedidos de redemocratização do Brasil, que culminaram na Revolução Constitucionalista de 1932 e na proclamação de uma Constituição Federal, em 1934. No âmbito regional, Flores da Cunha promovia uma política que se distanciava e se opunha cada vez mais ao governo de Vargas. No âmbito local, efervesciam idéias e ideais distintos: de caráter liberal, pelos políticos que apoiavam o PRL, garantindo recursos e benefícios para o município, assim como para as suas indústrias e seu comércio; de caráter autoritário, nacionalista e ufanista, promovido pelos representantes e simpatizantes da AIB; ou de caráter totalitário, fiel ao nacional-socialismo alemão, enaltecendo a origem germânica dos descendentes do município, pelos representantes do N.S.D.A.P.

A população mesclava-se nas comemorações de datas festivas da imigração, como o “Dia do Colono”, 25 de julho, assistia nos cinemas Guarany e Carlos Gomes aos mais novos films da UFA, cantados e falados em alemão⁴⁴, festejava nos bailes *Kerbs*, mas que também possuía as suas versões caipiras⁴⁵, ou uma versão bem brasileira do “Baile de Chita”⁴⁶ ou as festas farroupilhas com trajés típicos⁴⁷ e os bailes de carnaval.⁴⁸ Novo Hamburgo possuía também um Círculo Operário, instalado em 1935,⁴⁹ representativo da classe operária.

⁴¹ *O 5 de Abril*, 28/06/1935.

⁴² *O 5 de Abril*, 16/06/1935.

⁴³ *O 5 de Abril*, 19/02/1937.

⁴⁴ *O 5 de Abril*, 08/03/1935, 29/03/1935, 28/06/1935, 25/09/1936, 13/11/1936.

⁴⁵ Kerb Caipira, da sociedade Ginástica de Hamburgo Velho, *O 5 de Abril*, 13/09/1935.

⁴⁶ No Club Florida, Vila Industrial. *O 5 de Abril*, 08/03/1935

⁴⁷ Na sede do Município um encontro aberto, e um baile na Sociedade Atiradores *O 5 de Abril*, 13/09/1935, 27/09/1935.

⁴⁸ *O 5 de Abril*, 18/01/1935, 20/02/1936.

⁴⁹ *O 5 de Abril*, 03/05/1935.

A característica de Novo Hamburgo, que mistura a valorização da tradição, mas também à modernização, a urbanização, a participação política, acabará tendo de se definir como parte integrante da nação brasileira, dentro dos critérios de União Nacional, que vinham sendo moldados desde a década de 1920, mas que foram postos em prática a partir da década seguinte. No Estado Nacional brasileiro, refletia-se um povo integrado, que valorizava a história de sua nação, os seus heróis, a sua cultura e a sua língua nacional, que não abria espaço para manifestações culturais distintas, que não fossem consideradas genuinamente brasileiras. O governo Vargas iniciou sua perseguição aos “inimigos da nação”, atacando comunistas, reprimindo manifestações contrárias ao seu regime, através das prisões e da censura e, em um contexto de definições de posicionamento durante a 2ª Guerra Mundial, acabará transformando os filiados do nazismo como inimigos nacionais, depois, todos os estrangeiros e, por fim, generalizando os ataques aos descendentes de imigrantes alemães, italianos e japoneses, principalmente. Coube ao município de Novo Hamburgo incluir-se no discurso nacionalista e patriótico, defendendo valores que antes cabiam ao discurso étnico (operosidade, direcionamento ao trabalho, etc.) e que agora atenderiam à “construção nacional”.

CAPÍTULO 3

Nacionalização, trabalho e educação:

O Estado Novo em Novo Hamburgo

3.1. O golpe de 1937

O fim da década de 1930 caracterizou-se por um acirramento de tensões e disputas políticas. Vargas, eleito por sufrágio indireto, desde a redemocratização do país em 1934, chegava ao fim de seu mandato, sem grandes inovações de cunho social.⁵⁰ Ainda assim, já traçava a faceta autoritária, que marcaria todo o período em que governou, com uma centralização efetiva, intervindo mais diretamente nos estados, e retirando das antigas oligarquias a hegemonia política que caracterizou o regime federativo desde a instauração da República no Brasil. A censura já se encontrava presente, assim como a propaganda política e o controle sobre os meios de comunicação, além das prisões de políticos que se opunham ao regime. Enquanto os integralistas articulavam-se na adesão de novos “camisas verdes”, por todo o Brasil, preparando-se para o que viria a ser a Revolução, promovida pela AIB⁵¹, os comunistas também se articulavam, promovendo levantes, como os ocorridos em novembro de 1935, que, sufocados pelo governo, acabaram legitimando as medidas autoritárias do regime, como os constantes estados de sítio, vividos de novembro de 1935 a novembro 1937 (LEVINE, 2001: 77).

A imprensa, em notas emitidas pelo governo, ou pelos próprios jornalistas, acabava contribuindo para difundir o “perigo nacional” causado pelos comunistas no interior do país. No semanário *O 5 de Abril*, intensificam-se matérias de ataques ao comunismo, em 1936, emitidas

⁵⁰ De acordo com Robert Levine, mesmo com várias medidas de proteção dos trabalhadores, a quase ausência de mobilidade social seguiu sendo uma característica do Brasil. As medidas educativas eram poucas para a vastidão do território, as medidas trabalhistas faziam efeito em trabalhadores de zonas urbanas, litorâneas, mas, no campo, seguia-se a velha tradição e a cidadania, permaneceu limitada (LEVINE, 2001).

⁵¹ O caráter “revolucionário” do movimento foi tornando-se uma expressão constante nas notas enviadas pelo núcleo local do movimento, que acompanhava toda as articulações que ocorriam em todo o território nacional pela AIB. Em 1935 escrevia-se: “o Integralismo pregava uma revolução, de tão grandes proporções e nobres ideais que não havia poder capaz de impedir-a” (*O 5 de Abril*, 25/10/1935). Em 1936, o núcleo de Novo Hamburgo participava do “*mês do recrutamento*”, pela “*inscrição de mais um*”, com o intuito de aumentar o número de participantes do movimento (*O 5 de Abril*, 28/08/1936). Em 1937, as notas anunciavam a preparação da AIB para a maior campanha para Presidente da República, que ocorreria no ano seguinte (*O 5 de Abril*, 19/02/1937).

pelo Serviço Nacional de Propaganda,⁵² que mostravam o “fracasso” do bolchevismo na Rússia: “A Rússia está, dia a dia, abandonando a ortodoxia marxista que estava conduzindo o país à ruína e à fome”, dizia a matéria de agosto de 1936.⁵³

No Rio Grande do Sul, o acirramento de tensões com o governador do Estado, Flores da Cunha, que, em oposição a Vargas, apoiou a candidatura do paulista Armando de Sales Oliveira, candidato dos liberais, acabou gerando uma intervenção federal, antecipada no estado⁵⁴, contando com o apoio das Forças Armadas e também da Frente Única, que, aliada a Vargas, opunha-se a Flores da Cunha. Não resistindo às pressões, Flores da Cunha acabou tendo de renunciar, em outubro de 1937 e Daltro Filho foi nomeado Interventor do Estado do Rio Grande do Sul. O Estado Novo mostrava, portanto, a sua fisionomia, um pouco mais cedo, nesse estado (ABREU, 2005: 112).

Antecipando-se às eleições presidenciais previstas para 1938, Vargas, com o apoio dos militares, derruba o próprio governo e impõe o Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, sob a justificativa da descoberta do “Plano Cohen”, um plano de ataque comunista no Brasil. Assim, Vargas conseguiu dissolver o Congresso e apresentou à nação uma nova Carta Constitucional, escrita por Francisco Campos, inspirada nos regimes fascistas vigentes em Portugal, Polônia e Itália (LEVINE, 2001: 77). A partir de um novo Estado que se moldaria e se instituiria no Brasil, o Estado Novo conseguiu implantar, de forma autoritária, as propostas de construção da nação brasileira, unida, coesa, comandada por um regime fortalecido, caracterizado por um nacionalismo exacerbado, em que a cidadania era um sinônimo de amor à Pátria, ao líder carismático e de um empenho pessoal e coletivo na construção do país.

3.2 O Estado Novo em Novo Hamburgo

“Antes de 10 de novembro de 1937, o país deixava a instrução, a saúde, a economia e outros altos problemas sociais num segundo plano para desperdiçar suas melhores energias em debates de partidarismo. Foi aí que, num gesto de grande patriotismo e capacidade a Sua Excelência, o presidente

⁵² O Departamento de Imprensa e Propaganda e a Agência Nacional, grandes órgãos divulgadores da propaganda estadonovista, foram criados em 1939. Mas em 1934, Vargas já havia criado o Departamento de Propaganda e Divisão Cultural, junto ao Ministério da Justiça (SCHWARTZMAN et al., 2000: 106).

⁵³ *O 5 de Abril*, 10/07/1936.

⁵⁴ De acordo com Luciano Abreu (2005: 136), a Intervenção Federal, nos moldes do que aconteceria durante o Estado Novo, já estava ocorrendo nos estados do Maranhão, Mato Grosso e, também, no Distrito Federal.

Getúlio Vargas firmou as bases do Estado Novo”.⁵⁵

Foi durante o Estado Novo que o processo de nacionalização entrou numa fase decisiva. Havia toda uma conjuntura de afirmação da nacionalidade brasileira e dos perigos que outras formas de identidade trariam à identidade nacional, ainda em formação. Os descendentes de imigrantes, que valorizavam os aspectos culturais de seu país de origem, foram o alvo principal da tarefa de “nacionalizar” todos os brasileiros. Como afirmam Schartzman, Bomeny e Costa:

O ‘abrasileiramento’ desses núcleos de imigrantes era visto como um dos elementos cruciais do grande projeto cívico a ser cumprido através da educação, tarefa que acabou se exercendo de forma muito mais repressiva do que propriamente pedagógica (SCHARTZMAN et al, 2000: 93)

Como tais autores asseveram, a obra de civismo que viria a se espalhar pelo Brasil contou com a supressão de qualquer forma distinta de organização sócio-cultural, na qual a homogeneização daqueles grupos considerados “destoantes” se torna um imperativo das políticas educativas do período. Para que o Estado Novo pudesse se legitimar, foi necessário, primeiramente, minar a oposição e o poder dos estados, com uma política considerada corrompida pela prática liberal.

No Rio Grande do Sul, como já foi visto, a nomeação de um interventor federal, já havia ocorrido no mês anterior ao golpe de Estado e cabia, a partir de então, solucionar o problema do comando das municipalidades. Logo após o golpe, em 27 de novembro de 1937, criou-se uma Comissão Mista, entre os líderes dos antigos partidos do estado, aliados a Vargas, Frente Única, Partido Liberal e dissidência liberal, para distribuir os cargos do secretariado do estado e das municipalidades. Eliane Colussi mostra que, dos 85 municípios existentes no estado no período, 36 permaneceram com os mesmos prefeitos (onde havia predominância dos aliados da Frente Única), 28 municípios teriam um elemento indicado pela Comissão e, em 21 municípios, ocorreria um estudo metuculoso da situação (COLUSSI, 1996: 105). Novo Hamburgo, que se estabelecia como problemática, por ser uma região de imigração alemã e também por ter uma ligação íntima com o PRL de Flores da Cunha, maioria eleitoral, acabou ficando entre os 21 municípios que mereceram a cautela da Comissão. Em 1º de janeiro de 1938, já era nomeado o Sr. Odon Cavalcanti que, de acordo com Hilmar Kannenberg (1987: 123), era amigo de Getúlio

⁵⁵Discurso proferido pela professora Amália Presser, na escola Fundação Evangélica, na hora cívica em comemoração ao sexto ano da Constituição Federal de 1937 (Registro das comemorações cívicas do ano de 1943. Arquivo do Museu da Fundação Evangélica de Novo Hamburgo).

Vargas, no comando da prefeitura de Novo Hamburgo, desta data até outubro de 1942, quando pediu exoneração do cargo, sendo substituído por Nelson Toohey Schneider, que exercia o cargo na prefeitura de Farroupilha.⁵⁶

3.2.1. Nacionalização

“Ama com fé e orgulho
a terra em que nasceste”⁵⁷

Como esclarece René Gertz (2005: 144), a campanha de nacionalização que ocorreu no Rio Grande do Sul está ligada à figura da Interventoria de Osvaldo Cordeiro de Farias, que assumiu o papel de condutor do “abrasileiramento” dos redutos étnicos do Estado. O Interventor, indicado por Vargas, ainda em 1938, esclarece em relatório para o Presidente da República, quando do fim de seu mandato, em 1943, as dificuldades por que passou, no comando do Estado:

em grande área do território, justamente a de maior densidade demográfica e econômica, a concentração de colônias teutas e italianas, de uma parte, e o discurso e indiferença dos poderes públicos, de outra, criaram um problema peculiar aos Estados Sulinos [...] Era preciso penetrar nesses densos e aglomerados teuto e ítalo-brasileiros, não apenas com a administração pública e a autoridade policial, mas também principalmente com a escola e, por intermédio dessa com a língua, a história, o civismo e o culto das tradições pátrias.⁵⁸

Esse é, de fato, o panorama das medidas tomadas pelo estado do Rio Grande do Sul, com o aval do poder federal, aos grupos considerados “perigosos” à nacionalidade brasileira. As medidas “nacionalizadoras” de Cordeiro de Farias seguiram-se pelo âmbito repressivo, onde contaram com a figura Aurélio da Silva Py, chefe de polícia do estado e, no âmbito pedagógico e educacional, J. P. Coelho de Souza, no cargo de Secretário da Educação e Cultura.

De acordo com Schwartzman, Bomeny e Costa (2000: 157), o projeto de nacionalização promovido pelo Ministério da Educação e Saúde, no comando do ministro Capanema, atuou a partir de três aspectos: o primeiro era o de inculcar um conteúdo nacional à educação escolar, onde estaria presente o ufanismo, a história dos heróis e o culto às instituições e autoridades nacionais. O segundo aspecto dar-se-ia por uma padronização, através de um currículo-padrão, de

⁵⁶ *O 5 de Abril*, 02/10/1942.

⁵⁷ Portaria expedida pela Secretaria de Educação e de Cultura, em 14 de maio de 1943. Numa das instruções, afirmava-se que todas as salas de aula deveriam expor um quadro da bandeira nacional e a frase emblemática de Olavo Bilac (Portaria 13/03/1943. Arquivo do Museu da Fundação Evangélica de Novo Hamburgo).

⁵⁸ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Documentação de Governantes, código A.7.36.

livros didáticos equalizados e de um sistema de controle e fiscalização efetivo. No terceiro aspecto, pretendia-se a erradicação das minorias étnicas. Tal item era apontado, segundo os autores, como uma questão de “segurança nacional”.

A educação foi um dos instrumentos de maior eficácia e persuasão do Estado Novo na afirmação dos valores patrióticos, e nas atividades de “nacionalização”. Isso porque, na época, ainda existia a crença de que a educação era capaz de modificar a sociedade: “o que dava à educação naqueles tempos a relevância política que ela já não mantém era a crença [...] em seu poder de moldar a sociedade a partir da formação das mentes e da abertura de novos espaços de mobilidade social e participação” (SCHARTZMAN et al., 2000: 69). Por isso, as primeiras medidas de nacionalização foram educacionais.

Em 23 de abril de 1938, por decreto, criou-se a primeira lei de nacionalização das escolas “estrangeiras”. Nela, extinguiu-se o apoio financeiro de instituições estrangeiras para o funcionamento das escolas, obrigava-se à existência de professores brasileiros nos corpos docentes, proibiam-se inscrições em língua estrangeira, fotos ou pinturas de chefes de Estado estrangeiros. De acordo com Maria Carmen S. Barbosa, mesmo que coercitivo, esse decreto foi considerado muito “liberal” por alguns setores e, assim, foi reformulado, na “Lei de Nacionalização”, em dezembro de 1938. Essa obrigava a instrução do estado ser ministrada em português. O uso de outra língua no turno de trabalho ou fora dele estava proibido, e o diretor das escolas deveria ser, obrigatoriamente, brasileiro (BARBOSA, 1987: 86-88).⁵⁹

O uso da língua alemã, mesmo em uma cidade que recebeu uma grande quantidade de trabalhadores nacionais, mantivera-se no cotidiano dos trabalhadores, das escolas e sociedades. As medidas nacionalizadoras, promovidas nesse período de 1937-1945, caracterizaram-se como uma ruptura. Como será esclarecido adiante, as escolas particulares tiveram, por exemplo, num curto período de tempo, de se adaptar ao uso corrente do português, nas aulas, entre os alunos, sempre com receio dos fiscais do ensino, que começam a circular pela cidade. Uma das estratégias mais eficazes do Estado Novo foi conseguir incutir no cidadão o espírito de compromisso com a Pátria. Falar português era dar uma garantia de sua cidadania brasileira (mas

⁵⁹ Outras medidas federais ainda visavam a um controle maior sobre os estrangeiros no país. Em 18 de abril de 1938, o decreto-lei nº 383 vedava aos estrangeiros o exercício de atividades políticas no Brasil. Em 4 de maio de 1938, outro decreto, de nº406, regulamentava o ingresso e permanência de estrangeiros no Brasil, assim como as medidas para sua regulamentação em território nacional. Em 13 de dezembro desse mesmo ano ainda, um decreto-lei, de número 948, exigia a colaboração dos diferentes órgãos públicos para que se promovesse a assimilação dos colonos e a nacionalização dos filhos de estrangeiros (SCHARTZMAN et al., 2000: 168).

também era não correr o risco de ser constrangido, preso, ou castigado por falar na língua em que estava habituado). Numa das matérias veiculadas pela Agência Nacional, na capa do *O 5 de Abril*, intitulada “A Boa Linguagem Como Fundamento da Construção Nacional”,⁶⁰ mencionava-se a importância de se falar a língua nacional, pois de acordo com Olavo Bilac, a morte de uma nação iniciava com o apodrecimento de sua língua. A propaganda estadonovista estava sempre acompanhada de um tom ameaçador. Na mesma matéria se lia:

É um dever cívico a defesa da língua, porque a língua é para o Brasil a expressão viva e permanente da unidade da Pátria. [...] lutar pela conservação das formas vernáculas é também prestar à Nação um serviço necessário, que tem de ser incluído entre as obrigações primaciais do bom cidadão.

Desprezar ou menoscar o culto da língua não é apenas demonstração de mau gosto: é ato de dissolução e de impatriotismo.

O Estado, mesmo que agisse de forma truculenta, resguardava a imagem de Getúlio Vargas, como um líder carismático, no comando da nação. Em um discurso realizado numa visita que o presidente fez a Blumenau, Vargas salientava que as correntes migratórias selecionadas contribuíram para o engrandecimento do país. Se os imigrantes custaram a se assimilar, a culpa não era deles, mas sim dos governos que “os deixaram isolados nas matas”. Os antigos governos buscavam o apoio dos colonos apenas para garantir votos e cobrar impostos. Vargas afirmava, portanto, que “o governo já não se aproxima dos colonos para pedir-lhes votos. O governo tem por eles sentimentos paternais, deles só se aproximando para ampará-los, para dar-lhes justiça, para garantir-lhes o trabalho e a prosperidade”.⁶¹ Era uma forma eficaz de proteger os descendentes de imigrantes da culpa por seu isolamento e apego à tradição, direcionando a responsabilidade aos antigos governos, liberais e corruptos, por essa sua condição. Os colonos, a partir de então, estavam incluídos na vida da pátria, mesmo que à força.

3.2.2 Um operoso município

As respostas a todos os ataques⁶² e constrangimentos, por que passavam os descendentes de imigrantes no município de Novo Hamburgo foram se dando no sentido de inclui-los na

⁶⁰ *O 5 de Abril*, 19/04/1940.

⁶¹ *O 5 de Abril*, 07/06/1940.

⁶² Esses ataques, por vezes, eram mais sutis, como em análise realizada e divulgada pela *Revista do Ensino* no Estado do RS, transcrita ao semanário local que, ao se referir da situação escolar no tradicional bairro Hamburgo Velho, afirmava: “Enquanto na zona da minoria abastada havia verdadeiros palacetes particulares destinados ao ensino de

construção nacional, pelo seu trabalho, pelo progresso, por sua operosidade. Esse direcionamento ao trabalho e as benesses econômicas trazidas pelo município não mais se reportavam a uma identificação de origem, étnica (um *ethos* do trabalho), mas, davam-se agora, através de um discurso que ressaltava a escolha desses antepassados de se fixar no Brasil, e aqui contribuir para o crescimento da pátria.⁶³ Para isso, foi necessária uma administração direcionada a incluir Novo Hamburgo no Estado Nacional e uma necessária propaganda, que externalizasse a adequação do município ao Estado Novo brasileiro, através, principalmente, das comemorações cívicas da Pátria. Essa foi à função primordial do Prefeito Odon Cavalcanti. E, assim, eram reconhecidos os seus esforços, como também, os de seus habitantes. Quando foi inaugurado o serviço de recenseamento, promovido pelo governo, em Novo Hamburgo, discursou o delegado Dr. Pedro Barreto Falcão:

Novo Hamburgo, ativa colméia de trabalho, que tanto contribui para a opulência econômica do Rio Grande, encontrou no seu atual administrador, esclarecido e operoso, um elemento essencial ao seu progresso, um temperamento que sintoniza perfeitamente com o dinamismo bem orientado de sua vida coletiva [...] o Dr. Odon Cavalcanti deve, em grande parte, as suas vitórias administrativas à importância que dá às estatísticas. O seu gabinete de trabalho é um verdadeiro laboratório de pesquisas.⁶⁴

As datas comemorativas do município passaram a ser grandes eventos de demonstração de amor à pátria. No aniversário de Getúlio Vargas, a 19 de abril, comemorava-se com festejos, a data natalícia, em frente à Prefeitura Municipal.⁶⁵ Na semana da Pátria, todos os dias eram marcados por eventos nas escolas, sociedades, e no centro da cidade. Em 1940, realizou-se um “Concurso de Brasilidade”,⁶⁶ nos Colégios São Jacó, Santa Catarina e Fundação Evangélica, no qual concorriam as composições feitas pelos alunos, a partir dos seguintes temas: “Patriotismo”, “A Terra Brasileira” e “Um herói nacional”. O concurso contou com a presença de representantes da Liga de Defesa Nacional, e dos fiscais federais no município. Com o patrocínio da Liga de

iniciativa particular, a grande maioria estava com verdadeira carência de meios eficientes de educar a juventude” (*O 5 de Abril*, 20/09/1940). Outras vezes, a ofensa era mais direta. Sobre a vitória dos integralistas em Santa Catarina, ainda no período anterior a proibição da AIB no Brasil, escrevia-se em um jornal de Santa Maria: “Não venceu ali, o regime do Sr. Plínio Salgado. Venceu o espírito de intransigência do **colono alemão inculto, burro** e saudoso das artes do país distante [...]. O brasileiro puro ou que apresente ainda um traço das três raças, só como uma exceção a regra se incorpora aos agrupamentos da camisa verde” (*O 5 de Abril*, 01/05/1936).

⁶³ Dizia o editor do *O 5 de Abril*, Manuel F. de Lima, numa nota que relembra o Dia do Colono, 25 de Julho: “25 de Julho é o dia em que nós, descendentes daqueles imigrantes vindos do além-mar no século passado, relembramos a intrepidez de suas almas simples e boas e que se dedicaram inteiramente ao Brasil sua nova Pátria” (*O 5 de Abril*, 26/07/1940).

⁶⁴ *O 5 de Abril*, 05/04/1940.

⁶⁵ *O 5 de Abril*, 17/04/1942.

⁶⁶ *O 5 de Abril*, 06/09/1940.

Defesa Nacional, na Semana da Pátria de 1942, também se realizaram os concursos do “projeto de construção do altar da Pátria”, assim como o “Concurso de Vitrinas”, que premiaria a vitrina mais bem adornada com os temas pátrios.⁶⁷

Na década de 1940, auge do Estado Novo, são outras as instituições que tem lugar no cotidiano do município. É o caso do Círculo Operário, que contou com a inauguração de uma biblioteca e do retrato do presidente da República, no local, festejado solenemente.⁶⁸ Numa administração municipal muito mais direcionada ao mundo do trabalho, constatavam-se as melhorias destinadas à classe trabalhadora. Numa análise da questão social em Novo Hamburgo, feita por um jornalista da revista *Medicina Social*, do Rio de Janeiro, pode-se observar, por exemplo, que: um terço do município era constituído de operários das fábricas existentes na cidade. O prefeito já havia providenciado, então, a construção de um hospital para socorrer essa classe, e fundou-se também a associação “Mauricio Cardoso dos amigos de Novo Hamburgo”, objetivando a construção do hospital para os operários, o amparo à maternidade e à infância operária, e os cuidados para evitar a tuberculose e assistir os enfermos. A associação obteve a autorização da Primeira-Dama, dona Darcy Vargas, para dar o seu nome ao estabelecimento. Criou-se também um posto de saúde dirigido pelos médicos Wolfram Metzler e Eugenio Adams. No grupo escolar estadual D. Pedro II, também havia sido construído um gabinete médico a serviço das crianças. Existiam, também, segundo o informe, vários dispositivos de proteção às classes pobres, na lei orçamentária do município.⁶⁹

Como se pode observar, cada vez mais, perdia-se a identificação da origem imigrante do município, passando a direcioná-la para sua contribuição ao progresso nacional. Na década de 1940, o município já contava com uma população de cerca de 19 mil pessoas, numa superfície de 218 km², um aumento significativo devido à anexação de Lomba Grande, zona rural da cidade.⁷⁰ Além das melhorias no Círculo Operário, o município começou a construção da “Vila Operária”,⁷¹ primeira a ser construída no Rio Grande do Sul, nas cercanias da cidade. O Hospital Operário, Dona Darcy Vargas, foi inaugurado em 1940. O município, ainda, preocupava-se com a instrução pública, destinando cerca de 12,8% do total do orçamento geral do município à

⁶⁷ *O 5 de Abril*, 24/07/1942.

⁶⁸ *O 5 de Abril*, 19/04/1940.

⁶⁹ *O 5 de Abril*, 14/06/1940.

⁷⁰ *O 5 de Abril*, 05/04/1941.

⁷¹ *O 5 de Abril*, 12/07/1940.

educação, o que possibilitou a construção do novo prédio do Grupo Escolar Pedro II, no Bairro Rio Branco, onde residiam, e sua maioria, operários.⁷²

3.2.3. A 2ª Guerra Mundial e exacerbação dos preconceitos

“Contra a barbárie nazista se levanta
a alma brasileira e com ela o Exército Nacional!”⁷³

Quando iniciou a 2ª Guerra Mundial, o governo Vargas conseguiu manter relativa neutralidade em relação a uma tomada de posição ao lado dos “Aliados” ou do “Eixo”. Isso porque, estavam em conflito os dois principais parceiros comerciais do Brasil. Mesmo que uma perseguição aos filiados do partido nazista alemão no Brasil já tivesse iniciado, com a instauração do Estado Novo, foi a partir de 1942, com o torpedamento de navios brasileiros pela submarinha alemã, que os conflitos e uma perseguição generalizada não apenas aos nazistas, mas a tudo aquilo que era alemão, se deflagrou nas antigas colônias de descendência imigrante, no sul do Brasil.

Conforme menciona Alessandro Kerber, que faz uma análise da trajetória do pastor Wilhelm Pommer, no sul do Brasil, o conflito gerou a exacerbação de preconceitos, e as comunidades imigrantes ficaram cada vez mais retraídas. As pessoas tinham medo de falar alemão em público, pelo receio de serem presas. Segundo os relatos colhidos pelo autor, com alguns antigos moradores de Novo Hamburgo, escondia-se, enterrava-se ou destruía-se tudo que fosse escrito ou lembrasse a Alemanha (KERBER, 2008: 76-77). O próprio Wilhelm Pommer, que era pastor da Comunidade Luterana de Hamburgo Velho e também Presidente do Curatório da Escola Fundação Evangélica, acabou sendo preso, em 1941, junto a um grupo de quinze pessoas de Novo Hamburgo, enviadas à Colônia Penal Daltro Filho, em Charqueadas, conhecida por receber presos políticos. De acordo com Gertz, o médico Dr. Wolfram Metzler, antigo chefe do núcleo local da AIB no município, também foi preso em 1942, e seu chacreiro morreu em decorrência das torturas sofridas na prisão (GERTZ, 2005: 177).

Uma matéria publicada no *O 5 de Abril*⁷⁴, sob ordem do sub-delegado de polícia, escrita por Augusto de Carvalho no *Diário de Notícias*, da capital, é um bom exemplo do preconceito

⁷² *O 5 de Abril*, 20/09/1940.

⁷³ Uma das notas divulgadas pelo Interventor Federal, Cordeiro de Farias, recorrentes a partir de 1942. *O 5 de Abril*, 07/08/1942.

sentido, não apenas por estrangeiros. Ao se referir ao “quinta-colunismo indígena”, o autor menciona que os imigrantes vieram para o Brasil “por que lá [na Alemanha] não tinham o que comer”. Os alemães, segundo a matéria, também não vieram civilizar os brasileiros, pois aqui já havia consciência jurídica, cultura, indústria e comércio, afinal. Descrevendo os nazistas, inimigos da nação, o autor ainda afirmou:

E não são aqueles pobres imigrantes, cuja atitude em favor da própria pátria teria uma explicação [...]. São brasileiros que de alemães só tem o nome e que não devem à Alemanha, nem o pão que comem, nem a situação social e econômica que desfrutam... Na Alemanha, se seus pais lá tivessem continuado, não passariam de famélicos servidores de algum von orgulhosos, que os alimentaria a chibata e a “chucrute”

Tendo em vista a incontrolável exaltação provocada pelo torpedamento de navios brasileiros, o general Cordeiro de Farias teve de mandar, por intermédio de seu secretário, um telegrama para os municípios. Nos seus dizeres, Cordeiro afirmava que compreendia as manifestações populares de revolta, devido aos ataques sofridos pelo Brasil, porém salientava os excessos de exaltação cívica, que concorriam antipatrioticamente para a destruição do patrimônio de súditos do Eixo, mesmo que já estivessem sob o controle do Brasil.⁷⁵

O civismo de Novo Hamburgo foi exteriorizado num “Comício Monstro”, em solidariedade aos ataques sofridos pela população brasileira. Assim, na frente dos estabelecimentos fabris de Adams e Cia., reuniram-se autoridades, operariado e o prefeito municipal. Todos os discursantes mostraram sua brasilidade nas suas palavras, de acordo com os redatores do *O 5 de Abril*. Seguiram por vários pontos da cidade, Prefeitura, núcleo da Liga de Defesa Nacional, chamando os habitantes e entoando cantos patrióticos e o Hino Nacional. Uma força do Exército Nacional chegou para dar auxílio ao município até que se regularizasse a situação.⁷⁶

Não é à toa, portanto, que o município trocou de nome, temporariamente, passando a chamar-se “Floriano”,⁷⁷ tendo em vista os acontecimentos e a intenção de união do município, para com a Pátria. Esse nome seria utilizado durante os festejos da “Semana da Pátria”, que se

⁷⁴ *O 5 de Abril*, 17/04/1942.

⁷⁵ *O 5 de Abril*, 21/08/1942.

Os bens dos “súditos” do Eixo, dos estrangeiros, foram seqüestrados como uma medida de garantia para garantir a indenização dos prejuízos. Os estrangeiros eram obrigados a declarar seus bens na delegacia fiscal do município (*O 5 de Abril*, 22/05/1942).

⁷⁶ *O 5 de Abril*, 21/08/1942.

⁷⁷ Menção ao segundo presidente da República, Floriano Peixoto.

realizariam em São Leopoldo, e a troca se deu por ordem de Odon Cavalcanti. Tal notícia foi veiculada com elogios à cidade, no periódico da capital *Diário de Notícias*.⁷⁸ Com isso, o mais tradicional clube de futebol do município, fundado em 1911, trocou de “Sport Club Novo Hamburgo”, para se chamar “Sport Club Floriano”. O “Grêmio Esportivo Hamburguês”, passou a se chamar também de “Grêmio Esportivo Brasil”.

As exaltações ocorridas com a entrada do Brasil na Guerra eram amenizadas pelas diversas demonstrações cívicas do município, promovidas pela prefeitura, e pelos representantes da Liga de Defesa Nacional, pelo auxílio dos brasileiros na Guerra, realizado pela Cruz Vermelha de Novo Hamburgo⁷⁹, e pela colaboração nos preparativos para o caso da guerra deflagrar-se em território brasileiro. Esse foi caso do “ensaio do escurecimento total”, em que todas as luzes da cidade foram apagadas, em Novo Hamburgo e Hamburgo Velho, procedimento que também foi realizado em Porto Alegre e em outras cidades. No preparo e alarme para qualquer eventualidade, seria dado um toque de sirene.⁸⁰

Como esclareceu René Gertz, em *O Perigo Alemão* (1991), o medo e a propaganda anti-nazista veiculada pelo governo e pelas pessoas comuns, após a entrada do Brasil na Guerra, eram, em grande parte, um exagero das autoridades políticas e, também, fruto da imaginação de muitas pessoas. O próprio Cordeiro de Farias percebia a repercussão excessiva da campanha de nacionalização, tendo de tomar medidas para evitar a destruição de patrimônios públicos e privados, ou evitar a venda descontrolada de retratos do presidente da República.

O fim do regime Vargas, em 1945, e também o fim da 2ª Guerra Mundial, é quando os regimes democráticos triunfam no mundo, sob a vitória dos aliados, e também é quando um regime ditatorial, como o de Vargas, não encontra mais legitimidade entre a população. Em relação, não apenas ao município de Novo Hamburgo, mas de todas as antigas zonas coloniais do Sul do Brasil, permaneceu um preconceito que, em grande medida, foi estimulado, pelo Estado Novo, como o apelido de “quinta-coluna”, ainda no decorrer da década de 1940 ou “alemão-batata”, por exemplo, que existe até os dias atuais. Mesmo com todo o trauma que possa ter sido causado, na década de 1930, nas comunidades descendentes de imigrantes, as antigas colônias seguiram seu curso normal, inclusive ganhando importância vital na economia do estado (GERTZ, 1994a: 38), como é o caso de Novo Hamburgo, que se direcionou, a partir da década de

⁷⁸ *O 5 de Abril*, 28/08/1942.

⁷⁹ *O 5 de Abril*, 18/09/1942.

⁸⁰ *O 5 de Abril*, 18/09/1942, 16/10/1942.

1960, principalmente, à exportação de calçados, tornando-se a “capital nacional do calçado”, até a década de 1990.

3.3. Uma instituição de ensino na Campanha de Nacionalização promovida pelo Estado Novo

Nessa etapa final, pretendo, de forma breve, mostrar como uma Instituição de Ensino, situada em Novo Hamburgo, acaba se tornando um exemplo do esforço de uma comunidade para educar seus filhos. A escola, que contou, principalmente com o apoio da Igreja Luterana, assim como também de auxílio estrangeiro, para se erguer e se sustentar, acabou tendo de se adequar às medidas impostas pelo governo federal, na década de 1930, para não fechar suas portas.

A Fundação Evangélica de Novo Hamburgo, tradicional escola particular, luterana, do município, foi fundada em 1886, pelas irmãs Amalie e Lina Engel, ambas professoras alemãs, que já haviam lecionado em Porto Alegre. Na data, compraram uma pequena casa em Hamburgo Velho, com o intuito de dar uma educação direcionada a meninas, onde se ensinavam as matérias do curso primário e trabalhos manuais, numa educação evangélica. Nos primeiros anos, a escola já contava com um número de 12 a 15 alunas. Após anos dedicados à educação, as irmãs resolveram doar o seu pequeno estabelecimento de ensino ao Sínodo Riograndense, Igreja protestante alemã, do Rio Grande do Sul, em outubro de 1895. A partir dessa data, a escola começou a receber sua feição mais próxima à atual. O educandário destinado a moças luteranas subordinou-se à orientação ideológica do Sínodo Riograndense, e a escola passou a ser administrada pelo curatório eleito de uma Sociedade, e que recebeu o controle sobre a escola. Na presidência estava o Pastor Pechmann, reconhecido pela sua liderança em angariar fundos para as obras de ampliação da escola. Essa sociedade recebeu o nome *Verein Evangelisches Stift auf Hamburger Berg* (Sociedade Fundação Evangélica de Hamburgo Velho). Em 1897, 52 alunas já estavam matriculadas na escola.⁸¹

De acordo com Hilmar Kannenberg (1987: 40), a escola *Evangelisches Stift*, além de estar sob o controle do Sínodo, que era constituído quase exclusivamente por pastores alemães, também recebia o apoio de sociedades alemãs, como a Sociedade Evangélica de Barmen, que

⁸¹ Essas informações foram retiradas de uma pesquisa feita pelas próprias alunas do educandário, que publicaram no seu jornalzinho interno, a História da Escola na comemoração dos 50 anos em que a escola havia sido doada a Igreja Evangélica, em 1945. (*O Ateneu*, outubro de 1945. Arquivo do Museu da Fundação Evangélica de Novo Hamburgo).

assegurava à escola auxílio financeiro e enviava professoras alemãs para dar aulas. Foi devido a esse perfil que a escola acabou criando uma dependência exagerada de professores estrangeiros no seu corpo docente. Parecia haver, conforme mencionou o autor, uma convicção, entre a liderança pastoral daqui, assim como também entre as lideranças eclesiais da Alemanha, que essa escola necessitava de professores estrangeiros para obter “o mais alto nível de ensino e sedimentar os laços culturais” (KANNENBERG, 1987: 89). Devido à liberdade dada pelo governo do Estado, a escola foi criando um currículo baseado no ensino alemão e na valorização da tradição com o país de origem. Por isso, a escola acabou passando por crises financeiras, no decorrer da 1ª Guerra Mundial, pois o auxílio das sociedades alemãs havia sido suspenso e, também, não se enviavam mais professores para lecionar no Brasil.

Mesmo assim, após o fim da 1ª Guerra Mundial, a escola seguiu suas características de educandário feminino. Ela voltou a sofrer restrições com as mudanças do regime político brasileiro na década de 1930. De acordo com as pesquisas de Kannenberg, o Pastor Pommer, na época, o então presidente do Curatório da Fundação Evangélica, e também pastor da comunidade de Hamburgo Velho, foi o grande responsável por salvar financeiramente a escola, o que conseguiu através da realização de uma tómbola, no ano de 1938, para a reconstrução interna do prédio da escola e também para o pagamento de dívidas, adquiridas com a construção do novo prédio na década de 1920 (KANNENBERG, 1987: 118).

Toda essa articulação entre a comunidade, a escola, o auxílio financeiro de sociedades alemãs, o apoio do Sínodo Riograndense, correu o risco de ser interrompido quando Getúlio Vargas deu o golpe de Estado. Como foi visto acima, a educação seria considerada uma ferramenta essencial para que os valores patrióticos se estabelecessem na juventude brasileira e as escolas que possuíam toda uma organização pedagógica nos moldes germânicos, um ensino em língua estrangeira e ainda a valorização da cultura do país de origem, acabariam sendo as mais prejudicadas, correndo o risco de serem fechadas ou estatizadas pelo governo. Nas conversas que Pommer tinha com o Sr. Maurício Cardoso, Secretário do Interior, que passava férias em Hamburgo Velho e era amigo do Pastor, Maurício Cardoso já aconselhara a troca do nome da escola para o português, pois, no início de 1938, certa aversão aos nomes estrangeiros estava ocorrendo no Estado. Foi assim que a escola mudou seu nome de *Evangelisches Stift* para “Fundação Evangélica” (KERBER, 2008: 67-68).

Essas medidas protegeram a escola de um fechamento, mas não das medidas de nacionalização, impostas pela Secretaria de Educação do Estado e também da 2ª Delegacia Regional de Ensino, que controlava a educação estatal e municipal do estado e também tinha como objetivo o envio de fiscais de ensino às escolas particulares, chamados de “fiscais da nacionalização”.⁸²

Kannenberg relata um episódio contado pelo Pastor Pommer, que deve ter sido comum, nas mais diversas escolas comunitárias que se constituíram no Rio Grande do Sul, com a Campanha de Nacionalização. Mesmo que esta fosse uma escola feminina, direcionada a moças de família, com cursos para senhoras e de economia doméstica, e também, um jardim de infância (um tipo de educação que não viria a ser um grande perigo à unidade nacional), em maio de 1938, a escola recebeu a visita inesperada do Secretário de Educação, Coelho de Souza, acompanhado de um militar e de um representante da Liga de Defesa Nacional. A diaconisa, responsável pela escola, na data da visita, sendo alemã, mal falava o português, e, assim, ela e o secretário não conseguiram manter um diálogo (KANNENBERG, 1987: 120). Coelho de Souza divulgou em entrevista ao *Correio do Povo*, da capital, um dia após as visitas que fez a várias “escolas estrangeiras” do Rio Grande do Sul, a necessidade que aqui havia de “abrasileirar os brasileiros”. Na visita à Fundação Evangélica, por exemplo, ele pôde constatar que a diretoria do colégio estava em Berlim, e não no Brasil e, pela dificuldade de diálogo que teve com os representantes da escola, afirmou ter sido “uma palestra que teria honrado um instituto de surdos-mudos”.⁸³

As críticas do jornal *Correio do Povo* e também do *Diário de Notícias*⁸⁴ à escola acabaram prejudicando sua imagem, que temia pela baixa de matrículas que ocorreriam com essas denúncias. Como medida preventiva, o pastor Pommer, em conjunto com o Curatório da escola, convidou o prefeito Odon Cavalcanti a fazer uma visita ao educandário. Mas, novamente um incidente aconteceu, quando uma professora estrangeira, na exata hora da visita, disse às alunas ter vindo ao Brasil trabalhar numa escola alemã, e, assim, era importante defender a língua e os valores da cultura germânica (KANNENBERG, 1987: 124). Mesmo que o episódio tenha sido considerado um incidente pelo prefeito, que acabou inclusive auxiliando a imagem da escola na Secretaria de Educação do Estado, esse acontecimento relata o posicionamento de alguns

⁸² *O 5 de Abril*, 05/04/1941.

⁸³ *Correio do Povo*, 06/05/1938.

⁸⁴ *Diário de Notícias*, 05/05/1938.

professores estrangeiros que lecionavam em estabelecimentos no sul do Brasil, que possuíam vínculos com a pátria de origem, como era o caso da Fundação Evangélica, e, também, a partir daquele momento, o endurecimento das medidas repressivas do Estado na educação, particular ou pública, assim como também, um novo direcionamento que a escola iria tomar, na demonstração de sua afinidade com os valores patrióticos do Brasil, mesmo que de forma exagerada.

As atas de reuniões ocorridas em 1943 demonstram as dificuldades enfrentadas pela escola, ainda, quando o governo do estado não oficializou o Ginásio feminino da Fundação Evangélica, devido à cassação de registro do novo diretor do educandário, Guilherme Rotermund, que era brasileiro nato. A concessão do Ginásio, só ocorreu em 1945.⁸⁵

A escola começou a receber, desde 1938, com as leis de nacionalização, visitas de fiscais de ensino. Os inspetores observavam a fluência do português nas aulas, nas matérias lecionadas, entre as alunas, nos intervalos e nas atividades da escola. Também havia um cuidado para com o que era divulgado nas paredes e murais da escola e, se esta cumpria as determinações federais e estaduais.⁸⁶ Uma dessas determinações foi a Portaria da Secretaria de Educação,⁸⁷ enviada às escolas, para o exato cumprimento de algumas medidas cívicas e morais, como: a presença nas salas de aula da bandeira nacional, a confecção pelos alunos da escola de uma bandeira nacional, que seria realizada por “alunos que tenham se distinguido pela excelência da conduta”, a entoação de uma canção patriótica, diariamente, pelos alunos, a execução de um culto cívico semanal, o funcionamento de clubes de civismo, ou de agremiações, no intuito de cultivar às tradições brasileiras, e as lições de moral e civismo, que deveriam ser “transmitidas de maneira implícita pela organização do ambiente escolar”.

A escola iniciou a confecção de sua bandeira nacional, ainda em 1943, numa data simbólica, que contou com a presença da fiscal de ensino do estado, dona Irene Ribeiro. O diretor Guilherme Rotermund, na data, deu os primeiros pontos da sua confecção. No dia 19 de novembro daquele ano, a bandeira foi entregue ao Secretário de Educação, J. P. Coelho de Souza, convidado a visitar o colégio, na posse da 1ª Diretoria do “Grêmio Cívico Castro Alves”, o

⁸⁵ Atas de Reuniões do Curatório e Sociedade Fundação Evangélica, ano de 1943. Arquivo do Museu da Fundação Evangélica de Novo Hamburgo.

⁸⁶ Registro das Fiscalizações na Fundação Evangélica, aberto em 1938 (as fiscalizações seguem, pelos menos, até a década de 1960). Arquivo do Museu da Fundação Evangélica de Novo Hamburgo.

⁸⁷ Portaria 13/03/1943. Arquivo do Museu da Fundação Evangélica de Novo Hamburgo.

brasileiro ilustre, homenageado pela escola (esta também era uma medida da Portaria de 1943, mencionada acima).⁸⁸

Nos anos de 1943 e 1944, todas as datas nacionais importantes foram comemoradas pela escola Fundação Evangélica, em momentos cívicos, que contavam com a presença do corpo docente, discente, e do fiscal de ensino das escolas particulares. A escola também participava das grandes festividades do município, desfilando na Semana da Pátria e participando dos concursos promovidos pela prefeitura e pelo núcleo da Liga de Defesa Nacional do município. Tornava-se cotidiana, portanto, a valorização nacional, a comemoração de datas, heróis e autoridades nacionais. Assim afirmou a professora Nelly Moojen, no aniversário de Getúlio Vargas, em 1943⁸⁹:

em nenhum período da nossa história alcançou um homem público tão alto e sólido prestígio e exerceu tão vigorosa influência sobre as grandes massas populares, como sobre as elites, levando para todos os setores da vida nacional essa vibração de entusiasmo e essa expressão magnífica de boa vontade que conduzem hoje o progresso brasileiro [...].

Com a vitória pessoal do Sr. Getulio Vargas, sobre todas as forças dissolventes que procuravam impedir-lhe a ação construtiva, venceu a Nação brasileira.

Adequando-se às medidas de nacionalização, rompendo com traços e valores do passado, essa escola de Novo Hamburgo que possuía muitas filhas de imigrantes, conseguiu permanecer aberta, durante todo o período do Estado Novo no Brasil. Hoje ela segue sendo uma das tradicionais escolas de Novo Hamburgo, com uma história de 123 anos destinados à educação.

⁸⁸ O Ateneu, março de 1945. Grêmio Cívico Castro Alves, atas de 1943 a 1944. Arquivo do Museu da Fundação Evangélica de Novo Hamburgo.

⁸⁹ Registro da Comemorações Cívicas do Ano de 1943. Arquivo do Museu da Fundação Evangélica de Novo Hamburgo.

CONCLUSÃO

Ao longo dessa pesquisa, procurei demonstrar que o fenômeno da imigração alemã para o Brasil baseou-se no empenho do Estado brasileiro, durante o século XIX, para atrair para o país uma população européia, que nas concepções da época, seriam mais “aptas” ao trabalho nas lavouras, promoveriam um “braqueamento” da população brasileira, através de sua assimilação, e possibilitariam um crescimento econômico, mas também cultural, ao Brasil. Os grupos imigrantes que se estabeleceram no sul do Brasil, logo se estruturaram, construíram escolas, igrejas, sociedades, lugares onde podiam manter um auxílio mútuo poderiam trocar experiências, e resgatar os valores culturais deixados na pátria de origem. Valorizando a tradição, muitos descendentes de imigrantes, fortaleciam traços culturais de sua origem, como o uso da língua, alemã, a arquitetura, a música, marcando sua presença, diferente, na sociedade brasileira.

A análise do município de Novo Hamburgo exemplifica a organização de uma cidade que nasceu no processo imigratório para o Rio Grande do Sul, logo em seu princípio, cerca de 1832, e acabou prosperando, por estar numa zona que facilitava as trocas comerciais, e por lá terem se estabelecido alguns imigrantes que impulsionaram uma produção comercial que viria a trazer o reconhecimento e o progresso do município, por grande parte do século XX: o manuseio do couro. Enriquecido pelo comércio e pelas atividades de confecção de sapatos, esse município de imigrantes, logo começou a atrair uma população nacional, vinda do interior do estado, em grande parte, para trabalhar nas fábricas que se estabeleciam na cidade. Essa mão-de-obra, nacional, conforme foi mostrado ao longo da pesquisa, acabou gerando algumas divisões simbólicas no município, como na ocupação dos bairros, das escolas e dos clubes. Alguns clubes do município, em grande parte estabelecidos em Hamburgo Velho, tinham como objetivos, a valorização da cultura germânica, através de associações de canto alemão, de tiro ou de ginástica, que caracterizavam bem esse aspecto cultural teuto-brasileiro. As próprias datas relativas às lembranças de imigração marcavam, às gerações descendentes, a história peculiar desses cidadãos brasileiros de descendência alemã.

Mesmo que emocionalmente ligados ao seu país de origem, na preservação diária de sua cultura, os cidadãos de Novo Hamburgo sabiam demonstrar seus interesses, intervindo e participando da política regional. Foi assim que o município conseguiu se emancipar, em 1927. Na década de 1930, floresceram direcionamentos políticos e ideológicos, por vezes, polarizados,

e Novo Hamburgo também teve seus representantes: havia aqueles que apoiavam o governo liberal de Flores da Cunha, outros, num direcionamento oposto, aliavam-se à AIB. Novo Hamburgo ainda possuía um núcleo do partido nazista alemão no Brasil.

Nesse período, o país viu crescer, e muitas vezes, apoiou o regime autoritário liderado por Getúlio Vargas, que acreditava salvar a nação da corrupção e do partidarismo inescrupuloso do regime liberal brasileiro. O regime Vargas fez crescer a preocupação com a nação brasileira, que deveria ser constituída por “brasileiros” e não de outros tipos de identidades, e acabou promovendo uma política de silenciamento, não apenas da sua oposição política, mas de tudo aquilo que era considerado como uma afronta a então, “identidade nacional brasileira”. No Estado Novo, Novo Hamburgo teve de se adequar às políticas nacionalizadoras do Estado Novo, que atingiram os descendentes de imigrantes da cidade, como a mudança das autoridades políticas, a prisão de membros dos partidos da AIB, e N.S.D.A.P, a supressão radical do ensino em língua alemã na educação e um certo constrangimento e numa certa culpabilidade por preservar a cultura germânica.

Coube a Novo Hamburgo, através, principalmente, das políticas promovidas pelo prefeito nomeado Odon Cavalcanti, valorizar o trabalho, a classe operária (num movimento parecido com o que fazia Getúlio Vargas), culpando os governos anteriores, liberais, corrompidos, de terem abandonado os grupos imigrantes e, por isso, essa sua não-assimilação. A demonstração de pertencimento à nacionalidade era feita, principalmente, pelos atos patrióticos, muitas vezes exagerados, e pela valorização do trabalho, que agora não era mais considerado uma característica étnica, mas um apelo à “construção econômica do país”.

Muitas sociedades acabaram tendo de se “nacionalizar” para não correrem o risco de fechar, e as escolas particulares, construídas pela própria comunidade ou por um empenho particular, tiveram de se adequar às medidas oficiais, sofrendo constrangimentos, como visitas inesperadas, ou a fiscalização constante de oficiais do governo.

A educação, no período do Estado Novo, foi considerada uma das medidas mais eficazes de inculcar os valores patrióticos na mocidade brasileira. Porém, nas comunidades teuto-brasileiras do sul do Brasil, a educação era considerada de uma importância vital. Por isso que, com ou sem auxílio do Estado, com ou sem recursos externos, lutava-se para manter as suas portas abertas. Na educação é que se mantinham e se fortaleciam seus valores culturais característicos. Quando essas organizações se defrontaram com um investimento real do Estado

brasileiro, em todos os sentidos: moral, financeiro, pedagógico, tiveram de adequar-se para não serem fechadas, e, com isso, passaram a enaltecer os valores do país, sufocando as suas características identitárias, pelo menos durante o período, e, posteriormente, de forma muito mais sutil do que nas décadas anteriores. A análise da Fundação Evangélica demonstra todas as etapas por que passou uma dessas escolas consideradas “étnicas”, que antes privilegiava um ensino germânico (já que as professoras que lecionavam ali, em sua maioria, eram, de fato, alemãs), e que, durante a Campanha de Nacionalização, teve de privilegiar, o ensino nacional: ensino de Geografia e História do Brasil, culto aos heróis da pátria, a cultura nacional, o canto do hino nacional, entre outros.

FONTES DOCUMENTAIS

- § Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS;
- § Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Porto Alegre – RS;
- § Arquivo Público de Novo Hamburgo, Novo Hamburgo – RS;
- § Arquivo do Museu da escola Fundação Evangélica de Novo Hamburgo, Novo Hamburgo – RS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Luciano. *O Rio Grande Estadonovista: Interventores e Interventorias*. Tese de Doutorado, UNISINOS, 2005.
- BARBOSA, Maria Carmen Silveira. *Estado Novo e Escola Nova: Práticas e Políticas de Educação no Rio Grande do Sul- de 1937 a 1945-*. Dissertação de Mestrado, UFRGS, 1987.
- BEHREND, Martin. *O 5 de Abril*. Novo Hamburgo: Edição do Autor, 2002.
- CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de Novo? In: FERREIRA, J. & DELGADO, L. A. N. *O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estatismo*. vol 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COLUSSI, Eliane. *Estado Novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: UPF, 1996.
- CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Narrativas sobre o Brasil alemão ou a Alemanha brasileira: etnicidade e alteridade por meio da literatura de viagem. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, 227-269, jan./dez. 2005 (disponível on-line).
- FAUSTO, Boris. *O pensamento Nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- GERTZ, René E. *O Fascismo no sul do Brasil*. Germanismo, Nazismo, Integralismo. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1987.
- _____. *O Perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1991.
- _____. A construção de uma nova cidadania. In: MAUCH, Cláudia & VASCONSELLOS, Naira. *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. ULBRA, 1994a.
- _____. Cidadania e Nacionalidade: História e Conceitos de uma Época. In: MÜLER, Telmo M. *Nacionalização e Imigração Alemã*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994b.
- _____. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: EdUPF, 2005.
- _____. *Karl von Koseritz: Seleção de textos*. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.
- HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade; tradução de Maria Célia Paoli, Ana Maria Quirino*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- KANNENBERG, Hilmar. *Fundação Evangélica. Um século a Serviço da Educação (1886 a 1986)*. São Leopoldo: Ed. Rotermond, 1987.

- KERBER, Alessander. *Wilhelm Pommer: memória e trajetória de um pastor imigrante no sul do Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2008.
- KREUTZ, Lúcio. A Escola Teuto-Brasileira Católica e a Nacionalização do Ensino. In: Muller, Telmo Lauro (Org.). *Nacionalização e Imigração Alemã*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1992.
- LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional*. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.
- LEVINE, Robert. *Pai dos Pobres? O Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- MAGALHÃES, M. D. B. Velhos e Novos Nacionalismos: Heimat, Vaterland, Gastland. In: *História: Questões e debates*, Curitiba, 10 (18-19): 77-112. Jun-Dez, 1989.
- MAIO, M. C. & CYTRYNOWICZ, R. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, J. & DELGADO, L. A. N. *O Brasil Republicano*. O tempo do nacional-estatismo. vol 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- MOËLECKE, Oscar Germano. *O Vale dos Sinos era assim*. São Leopoldo: Rotermund S.A, 1978.
- MOOG, Vianna. *Um rio imita o Reno*. Romance. Rio de Janeiro- Porto Alegre- São Paulo: Editora Globo, [1939] 1957.
- MÜLLER, Telmo Lauro (org.) *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo:Ed. Unisinos, 1994.
- PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, J. & DELGADO, L. A. N. *O Brasil Republicano*. O tempo do nacional-estatismo. vol 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- PETRY, Leopoldo. *Novo Hamburgo: O florescente município do Vale do Rio dos Sinos*. São Leopoldo: Ed. Rotermund, 1963.
- LUVIZOTO, Caroline Kraus. *Etnicidade e separatismo no Rio Grande se Sul*. Marília - São Paulo. Dissertação. Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Maequita Filho”, 2003.
- LUCA, Tânia Regina de. Fontes Impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. et al. *Fontes Históricas*. São Paulo: Ed. Contexto, 2005.
- POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*; tradução de Elcio Fernandes. Seguindo de BARTH, Fredrik, Grupos étnicos e suas fronteiras. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

- RAMBO, Arthur Blasio. Nacionalidade e cidadania. In: *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Organizado por Cláudia Mauch e Naira Vasconcellos. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.
- ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto alegre: Ed. Globo, vol.1, 1969.
- SCHÜTZ, Liene M. M. *Os bairros de Novo Hamburgo*. Novo Hamburgo, 2001.
- SCHARTZMAN et al. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra- Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- SELBACH, Jeferson. *Novo Hamburgo 1927-1997: os espaços de sociabilidade na gangorra da modernidade*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- SEYFERTH, Giralda. A Liga Pangermânica e o Perigo Alemão no Brasil: Análise sobre dois discursos étnicos irreduzíveis. In: *História: Questões e debates*, Curitiba, 10 (18-19): 77-112. Jun-Dez, 1989.
- _____. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.
- _____. *Identidade Étnica, Assimilação e Cidadania*. A imigração alemã e o Estado Brasileiro. Trabalho apresentado no XVII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG, 22-25 de outubro de 1993 (disponível on-line).
- _____. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Organizado por Cláudia Mauch e Naira Vasconcellos. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.
- SCHEMES, Claudia. *Pedro Adams Filho: empreendedorismo, indústria calçadista e emancipação de Novo Hamburgo*. Tese. PUCRS. Porto Alegre, 2006.
- SILVA, Marco Antonio Both da. *Por uma Lógica Camponesa*. Caboclos e imigrantes na formação do agro-planalto riograndense. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- SILVA JR., Ademar Lourenço da. O povo X der pöbel. In: *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Organizado por Cláudia Mauch e Naira Vasconcellos. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.
- SÜSSEKIND, Flora. Da sensação de não estar de todo. In: *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.11-34.
- THIESSE, Anne-Marie. *Ficções criadoras: as identidades nacionais*. Revista Anos 90, Porto Alegre, n.15, 2001/2002, p. 7-23.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A Colônia de São Leopoldo: A organização social dos imigrantes na fase pioneira (1824-1850)*. Tese. Porto Alegre: PUCRS, 1997.

WEBER, Regina. Nacionalidade com prefixos: os teutos e o Estado Novo em Ijuí. In: *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Organizado por Cláudia Mauch e Naira Vasconcellos. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

WEBER, Regina. Grupos étnicos e estratégias étnicas. In: SIDEKUM et al. *Campos múltiplos: Identidade, Cultura e História*. Festschrift em homenagem ao Prof. Arthur Blasio Rambo. São Leopoldo. Oikos/ Nova Harmonia, 2008.

WOORMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste São Paulo-Brasília*: Edunb/HUCITEC, 1995.

ANEXOS



Exemplo de um informativo da escola *Evangelisches Stift*, sobre o início das aulas, em março de 1936 (*O 5 de Abril*, 31/01/1936).



Nas notas divulgadas pelo *O 5 de Abril*, até a metade da década de 1930, era comum o uso do alemão e do português (*O 5 de Abril*, 28/06/1935).



Exemplo de um anúncio do Cinema Guarany. Alguns filmes eram falados e cantados em alemão (*O 5 de Abril*, 29/03/1935)



Prédio da escola Fundação Evangélica, na década de 1930. Na fachada ainda estava escrito *Evangelisches Stif.* (Arquivo do Museu da escola Fundação Evangélica de Novo Hamburgo)



Foto de 1938, quando a fachada da escola *Evangelisches Stift*, escrita em alemão, foi retirada. (Arquivo do Museu da escola Fundação Evangélica de Novo Hamburgo)



Parada Militar na “Semana da Pátria” de 1941, em Novo Hamburgo. (Foto Arquivo do Museu da Escola Fundação Evangélica de Novo Hamburgo)



Parada Militar na “Semana da Pátria” de 1941, em Novo Hamburgo. (Foto Arquivo do Museu da Escola Fundação Evangélica de Novo Hamburgo)